



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PESQUISADORES
EM TURISMO E HOSPITALIDADE

Turismo em Morro de São Paulo Uma Análise dos Impactos

Maria de Fátima Pires Ferreira Corrêa

Trabalho de Monografia de Conclusão do
Curso de Formação de Professores e
Pesquisadores em Turismo e Hospitalidade do
Centro de Excelência em Turismo – Universidade
de Brasília

Orientadora: Profª Dra Iara Brasileiro

Brasília

2006

TURISMO EM MORRO DE SÃO PAULO

UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS

Maria de Fátima Pires Ferreira Corrêa

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação no Curso de Especialização de Formação de Professores e Pesquisadores em Turismo e Hospitalidade do Centro de Excelência em Turismo da UnB – Universidade de Brasília

Brasília DF, _____ de março de 2006

Professora Dra Thereza Negrão
Coordenadora

Professora Dra Iara Brasileiro
Orientadora

Agradecimentos

À Deus, razão maior de todas as coisas

À Alexandre, incentivador de todos os momentos e apoio incondicional.

À Mariana, Victor e Isabella pela compreensão nas ausências e motivação nas horas certas.

À Professora Iara, minha orientadora, que com sua sabedoria, transmitiu conhecimento e confiança necessários à conclusão deste trabalho.

Aos meus professores, pelas importantes contribuições concedidas na qualificação

Aos meus colegas, pela convivência, que de alguma maneira contribuíram para meu amadurecimento pessoal

Resumo

Este trabalho de monografia analisa os aspectos referentes às transformações ocorridas nas últimas décadas em Morro de São Paulo - Bahia, decorrentes da intensificação da atividade turística nessa localidade e do acelerado processo de ocupação e urbanização. Esses fenômenos foram responsáveis por profundas mudanças no meio ambiente natural, sociocultural e econômico. Com a finalidade de melhor conhecer a realidade de Morro de São Paulo e o processo de alteração pelo qual passou essa localidade, foi feito um levantamento sobre sua formação histórica, estrutura sócio-econômica e cultural. As transformações ocorridas e os conseqüentes impactos resultantes da implementação da atividade turística, foram contemplados nessa análise preliminar, sem uma preocupação com o planejamento e a sustentabilidade dessa atividade, sendo estas objetivos de futuros estudos.

Palavras Chave: Turismo – Morro de São Paulo – Meio ambiente - Impacto

Abstract

This work analyzes the aspects regarding to the transformations occurred in the last decades in Morro de São Paulo – Bahia, in despite of the increase of tourist activity in that locality and of the fast process of occupation and urbanization. These facts have been responsible for a deep change in the natural, cultural na economic environment. With the purpose of knowing better the reality of Morro de São Paulo and the changing process which this place has been through, it was made a survey on its history, social economic and cultural structure. The change occurred and the consequent impacts resulted of the implementation of tourist activity have been developed in this first analysis, without concern about the planning and support of this activity, which will be goals to future studies.

Key words: Tourism, Morro de São Paulo, Environment, Impact

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1	Localização de Morro de São Paulo no Brasil	18
MAPA 2	Localização da Ilha de Tinharé	19
MAPA 3	Acessibilidade	21
MAPA 4	Distribuição das Capitanias Hereditárias	23
FIGURA 1	Igreja N. Sra. da Luz	28
FIGURA 2	Forte do Morro de São Paulo	39
FIGURA 3	Fonte Grande	31
FIGURA 4	Primeira Praia	39
FIGURA 5	Segunda Praia	40
FIGURA 6	Ilha de Caitã – Terceira Praia	41
FIGURA 7	Quarta Praia	42
FIGURA 8	Portaló	43
FIGURA 9	Praia do Forte	45
FIGURA 10	Farol do Morro de São Paulo	46
FIGURA 11	Retirada de areia para uso na construção civil	52
FIGURA 12	Lagoa dos Patos. Contaminação por deposição de lixo e esgoto	56
FIGURA 13	Tráfego de trator a beira-mar	57
FIGURA 14	Madeira retirada irregularmente	58
FIGURA 15	Primeira Praia - ano 1985	60
FIGURA 16	Primeira Praia – ano 2003	60
FIGURA 17	Rua Principal da Vila – ano 1985	61
FIGURA 18	Rua Principal da Vila – ano 2003	61
FIGURA 19	Ruínas do Forte do Morro de São Paulo – ano 2003	62

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Primeira Praia	39
TABELA 2	Segunda Praia	40
TABELA 3	Terceira Praia	41
TABELA 4	Quarta Praia	42
TABELA 5	Portaló	43
TABELA 6	Forte do Morro de São Paulo	44
TABELA 7	Praia do Forte	44
TABELA 8	Igreja Nossa Senhora da Luz	45
TABELA 9	Farol do Morro de São Paulo	46
TABELA 10	Fonte Grande	47
TABELA 11	Festa da Padroeira	47
TABELA 12	Reveillon	48

SUMÁRIO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE TABELAS

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	7
2 – ANÁLISE CONCEITUAL- SUSTENTABILIDADE, TURISMO E IMPACTOS DO TURISMO NO MEIO AMBIENTE	9
3 – CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	18
3.1 A Área de Estudo – Morro de São Paulo	18
3.2 Acessibilidade	20
3.3 Marco Histórico do Morro de São Paulo	21
4 – TURISMO EM MORRO DE SÃO PAULO	33
4.1 Histórico da atividade	33
4.2 Atrativos Turísticos	37
4.3 Inventário da Oferta Turística	49
5 AVALIAÇÃO DOS PRINCIPAIS IMPACTOS RESULTANTES DA ATIVIDADE TURÍSTICA	52
5.1 Praias	52
5.2 Água e Esgotos	55
5.3 Lixo	56
5.4 Edificações e Recursos Naturais e Históricos	58
5.5 Recursos Socioculturais e Econômicos	63
6 CONCLUSÃO	66

7 – REFERÊNCIA	69
7.1 Bibliográfica	69
7.2 Eletrônica	72
7.3 Entrevistas	74
APÊNDICE	75

1 Introdução

A natureza exuberante de Morro de São Paulo representada pelas suas praias pela diversidade de sua fauna e flora, pela sua geologia privilegiada, associada ao seu clima ameno, tornam a localidade um atrativo natural muito procurado pelos turistas, uma vez que são os atrativos naturais e culturais os grandes motivadores que levam as pessoas a saírem de suas localidades à procura de outras culturas e experiências distintas às vivenciadas em seu cotidiano, com intuito de lazer, descanso, enriquecimento cultural ou apenas contemplação.

A partir da década de 80 e mais, acentuadamente, da década de 90, a intensificação da atividade turística em Morro de São Paulo, provocou mudanças significativas no contexto sócio, econômico e ambiental dessa localidade, sendo visíveis os efeitos negativos dessa atividade.

As consequências negativas da atividade turística vem sendo analisadas e discutidas no meio acadêmico e é cada vez mais presente a preocupação de que a atividade turística seja desenvolvida de forma sustentável, de forma a se manter a atratividade dos recursos, sejam eles ambientais ou culturais, para as futuras gerações.

Este trabalho tem como objetivo evidenciar as mudanças ocorridas em Morro de São Paulo, em razão da implementação do turismo sem um adequado planejamento e apontar os principais impactos provenientes dessa atividade.

Procurou-se, então conhecer os fatores responsáveis pelas transformações, e para isso, fez-se necessário considerar os aspectos físicos, sua influência direta no modo de vida das pessoas e seus reflexos na ocupação do espaço, ao longo da história vivida pelos habitantes dessa localidade, bem como resgatar o início do povoamento do território brasileiro e da região da Bahia.

A metodologia do trabalho privilegiou a pesquisa documental e exploratória, utilizando-se de dados qualitativos e quantitativos, oriundos de referências bibliográficas, bem como coleta de dados através de entrevistas com residentes autóctones, residentes imigrantes, representantes da administração pública local, representantes de associações locais e turistas.

Este trabalho está organizado em quatro partes. A primeira apresenta uma análise conceitual com vistas a esclarecer os termos e definições usadas no trabalho, bem como o entendimento dos diversos autores sobre o assunto, permitindo uma melhor compreensão do assunto e para o estudo de caso aqui proposto. A segunda, localiza e caracteriza a área em estudo, bem como a importância da geografia e dos aspectos históricos e culturais do local para a ocupação e para a atividade turística, na atualidade, e os aspectos sócio-econômicos e gerais do Morro de São Paulo. A terceira contém uma breve descrição da atividade turística, complementada com informações, sobre os principais atrativos naturais e culturais e o inventários da oferta turística. Na quarta parte são levantados e avaliados os principais impactos resultantes da atividade turística e as consequências destes sobre a localidade.

2 SUSTENTABILIDADE, TURISMO E IMPACTOS AMBIENTAIS

Com o objetivo de formar o arcabouço conceitual com o qual se pretende lidar no presente trabalho, é necessário resgatar definições e conceitos aplicáveis ao trinômio: sustentabilidade, turismo e impactos ambientais. Os três temas centrais serão analisados e articulados entre si a fim de subsidiar as análises vindouras:

No século XX, o homem vivencia o surgimento do discurso conservacionista. Os desequilíbrios ecológicos e as perdas da biodiversidade são o alerta que abrem a discussão sobre a questão ambiental no mundo. A iminência do desaparecimento da raça humana pelo esgotamento dos recursos naturais é uma questão relevante (DIAS, 2003).

No início da década de 70, os debates acerca da degradação do meio ambiente ganharam força nos círculos internacionais. Em 1972, a Conferência de Estocolmo foi a primeira grande mesa internacional de debate sobre o meio ambiente.

Nessa ocasião, discutiam-se formas de interferir nas tendências de crescimento da população mundial, pois se acreditava que a pressão antrópica sobre o meio ambiente iria levar ao esgotamento do planeta. O alcance da estabilidade ecológica e econômica era projetado como a solução para uma crise que se aproximava.

Naquele momento histórico, Dennis Meadows, um referenciado teórico da época, propõe a estagnação do crescimento populacional e industrial. Sua proposta era direcionada como um ataque ao sistema produtivo vigente. Em seu discurso, havia a expressa distinção entre meio ambiente e economia.

Os contra-ataques recebidos foram de igual força, permanecendo a distância entre a defesa ambiental e o crescimento econômico.

Em 1973, o canadense Maurice Strong, apresenta a expressão do *ecodesenvolvimento*, caracterizando uma concepção diferenciada de desenvolvimento. A proposta de Maurice Strong dá início a uma nova visão que aproxima temas até então divergentes: economia e ambiente.

O termo sustentabilidade é fortalecido com o Relatório Brundtland elaborado em 1987 pela Comissão Mundial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o

Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED). Este relatório conduz as reflexões para a associação do termo às estratégias de desenvolvimento, e apresenta uma visão complexa sobre os problemas relativos à sociedade, economia e meio ambiente.

O Relatório Brundtland, de modo diplomático e racional, indica uma convivência pacífica entre o crescimento econômico do presente e a garantia de satisfação das necessidades de gerações futuras. O termo sustentabilidade torna-se, assim, mais abrangente e passa a estar associado ao desenvolvimento, formando a expressão composta: *desenvolvimento sustentável*, que é usada para intitular o novo modo de relação entre economia, meio ambiente e sociedade.

As discussões em torno do desenvolvimento sustentável prosseguem e, em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, é realizada a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) – Rio-92 que tem em vista reafirmar a Declaração de Estocolmo e consolidar os esforços do Relatório de Brundtland.

Esse encontro internacional tem como objetivo estabelecer novos níveis de cooperação entre os estados-nação, setores estratégicos da sociedade e as comunidades. A finalidade maior foi firmar acordos que promovessem a interação simultânea entre os interesses da proteção da integridade do sistema ambiental e do desenvolvimento global. (SACHS, 1993)

A Rio-92 é coroada com a elaboração de uma agenda – a Agenda 21 - baseada em 27 princípios constantes na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

A Agenda 21 preconiza que sejam buscados, prioritariamente pelos governos, mecanismos para adoção dos princípios listados na Declaração do Rio para o desenvolvimento sustentável. Para tal, a Agenda define linhas mestras, em seus 40 capítulos, que possam subsidiar as políticas e planejamentos nacionais.

Esse documento significou um avanço político nas discussões e negociações sobre a implementação de práticas sustentáveis, questionando os estilos de desenvolvimento e orientando ações desde os níveis globais aos locais para alcance efetivo das mudanças desejadas.

Sachs (1993), em sua obra “Estratégias de transição para o século XXI”, produzida no ano seguinte à Conferência do Rio, delineia as cinco dimensões para o ecodesenvolvimento, expressão sinônima ao desenvolvimento sustentável, tão almejado naquele cenário histórico-político. As dimensões são: a) sustentabilidade

social; b) sustentabilidade econômica; c) sustentabilidade ecológica; d) sustentabilidade espacial; e e) sustentabilidade cultural.

A sustentabilidade é o termo recorrente que o autor utiliza para lidar com as perspectivas da época. O termo sustenta-se pela interação entre o desenvolvimento socioeconômico e a conservação ambiental. Sachs ainda defende que a perpetuação e a prosperidade da vida humana, estaria sujeita aos limites de uso da natureza.

A defesa de Sachs (1993) é focada na necessidade de se criar uma *imaginação ecológica* que sirva para nortear o desenvolvimento. A idéia gira em torno de capacitar as populações a agirem de forma ambientalmente viável, a partir da visão de longo prazo a respeito da conservação dos recursos que lhe são meio de vida.

Sachs desenvolve seu pensamento ancorado em Costanza, que conceitua a sustentabilidade ecológica da seguinte forma:

“... um relacionamento entre sistemas econômicos dinâmicos e sistemas ecológicos maiores e também dinâmicos, embora de mudança mais lenta, em que: a) a vida humana pode continuar indefinidamente; b) os indivíduos podem prosperar; c) as culturas humanas podem desenvolver-se; mas em que d) os resultados das atividades humanas obedecem a limites para não destruir a diversidade, a complexidade e a função do sistema ecológico de apoio à vida” (1991, p. 85, apud SACHS, p.24)

De acordo com essas idéias, reafirma-se a lógica da convivência entre as propostas de uso econômico dos recursos naturais com a conservação ambiental, de modo planejado e, que os benefícios sejam destinados à sociedade.

Este paradigma se prolonga até os dias atuais quando o planejamento e gestão ambiental apresentam-se como a disciplina para a concepção de políticas públicas de desenvolvimento sustentável.

É por meio do planejamento e da gestão ambiental que os critérios e padrões de preservação ou manejo¹ são gerenciados frente aos interesses socioeconômicos que se impõem sobre os recursos naturais.

Para Sachs (2002), após passados 10 anos da Rio-92, é pertinente pensar na reconceitualização de “*desenvolvimento como apropriação efetiva de todos os*

¹ O manejo ambiental é entendido como todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas (SNUC, 2000)

direitos humanos, políticos, sociais, econômicos e culturais, incluindo-se aí o direito coletivo ao meio ambiente". (p.60)

Mais ainda, o autor defende que o *ecodesenvolvimento*, termo que Sachs (1993) permanece utilizando de forma análoga ao desenvolvimento sustentável, é *"um caminho apropriado de conservação da biodiversidade, provavelmente o mais apropriado, ao assumir a harmonização dos objetivos sociais e ecológicos"*. (p.70)

A evolução do termo *sustentabilidade* inaugura novos debates na atualidade, que remetem as discussões à integração do homem com a natureza como uma simbiose.

No que tange a integração do homem no desenvolvimento sustentável dos sistemas ambientais, a sua presença no meio é condicionante para o equilíbrio ecológico do sistema. Diegues (2001) defende que o homem é parte integrante do ambiente e, que os usos praticados na natureza representam a concretização da participação do homem na construção e na preservação do meio ambiente.

O autor destaca que o meio ambiente é um produto da cultura e, como tal, o seu uso não é determinado unicamente pelo potencial natural, mas pelas relações sociais e pela cultura das sociedades.

Para Diegues (2001), o homem está incorporado ao ambiente e, assim como dele se beneficia, também o conserva. O autor critica a razão: *ambiente intocado = garantia de perpetuidade da biodiversidade*. Ele ataca a visão de que para promover o bem social é preciso isolar as espécies naturais e distanciar o homem do meio. Esse tipo de diretriz das políticas públicas de meio ambiente, segundo Diegues (2001), desconstitui o homem de sua fonte de sobrevivência.

De acordo com essa posição de Diegues (2001), a orientação das políticas públicas acaba por contrapor-se ao regido pela legislação, a qual preconiza que a sustentabilidade associa-se à garantia da dignidade humana e promove justiça social. Em certas situações, a implementação de políticas públicas tem deixado comunidades desprovidas de seu meio de vida.

Diegues (2001) acredita que nas próprias práticas tradicionais² e, de certo modo, no manejo empírico, há respostas para se atingir o desenvolvimento sustentável. É necessário humanizar a gestão ambiental no sentido de compreender

² Essas práticas referem-se aos usos dos recursos ambientais desenvolvidos em nível comunitário.

que desenvolvimento sustentável se assenta sobre o tripé *socioeconômico ambiental*.

É importante evidenciar que as práticas tradicionais deverão ser respeitadas, porém também estudadas quanto ao impacto que possam exercer sobre o ambiente. Assim como, a implementação da nova racionalidade deverá se guiar pelo intercâmbio de técnicas modernas e de conhecimento científico ponderada à capacidade das comunidades de absorvê-los. (LEFF, 2000)

Esta análise se mostra importante para o planejamento sustentável do turismo. O caminho do desenvolvimento sustentável deverá ser trilhado de forma ética e respeitosa a todos os atores e às dimensões englobadas ao ambiente.

A sustentabilidade é um tema que foi gestado e nascido no âmbito das discussões sobre a conservação do meio ambiente. Entretanto, a aplicação do tema se amplia, e passa a abranger áreas as quais as suas atividades são promovidas pela apropriação da natureza.

O turismo é um tipo de uso que se apropria do recurso natural e o explora como atrativo. Segundo Ruschmann, “*o turismo contemporâneo é um grande consumidor da natureza*”(…)(1997, p.9) que, na últimas décadas, tem apresentado expressivo acréscimo quantitativo dos seus fluxos.

Conforme afirmação de Rodrigues (1999), “a indústria do turismo produz espaços delimitados e especialmente destinados a um determinado tipo de consumo – o consumo da natureza – através dos denominados serviços do turismo”. (RODRIGUES apud YÁZIGI, 1999:55)

Os impactos decorrentes da atividade turística sobre o meio ambiente são motivo de preocupação sobre a real contribuição do turismo no desenvolvimento das localidades em que ele é implementado.

Para um melhor entendimento do tema turismo, se faz pertinente obter um desenho da evolução da atividade, assim como, de sua conceituação. A estruturação de um referencial histórico e conceitual possibilitará eleger uma definição que possa transmitir de forma sintética a tipologia desta atividade aplicada na atualidade.

Segundo Barbosa (2002), os primeiros deslocamentos humanos podem ser identificados desde a criação do mundo, representando uma das mais remotas atividades humanas. Porém, as viagens tinham caráter adverso do utilizado no fenômeno do turismo, visto que os primeiros deslocamentos das pessoas em busca

do lazer foram, posteriormente, considerados como fluxos de turismo. Nesse tempo, eram movimentados diversos aparatos para que as pessoas pudessem fazer suas viagens, assim como, havia toda uma preparação na localidade destino.

Dessa época em diante, pode-se constatar diversas intervenções no espaço, na sociedade e até mesmo na economia que evidenciam os princípios do deslocamento entre diferentes locais da interação entre pessoas e das movimentações econômicas que caracterizam o turismo.

Porém, somente no século XX, que o turismo é definido como uma atividade econômica. A atividade turística é considerada como pertencente ao setor terciário da economia, geradora de divisas, baseada no deslocamento de pessoas entre os pólos emissivos e receptores e, classificada como uma indústria: *a indústria turística*.

Sua contribuição para o desenvolvimento era estudada, restritamente, através dos dados econômicos, que demonstravam o crescimento que o turismo atingia em todo o mundo. As marcas do faturamento em 1999, segundo a World Travel Tourism Council, alcançaram a arrecadação de 4,5 trilhões de dólares e a geração de 192 milhões de empregos no mundo.

No entanto, esse “velho turismo”, datado até os anos 80, de acordo com A. Poon (1997 apud Ruschmann, 1997, p.15), passa a dar lugar ao “novo turismo” caracterizado pela *“flexibilidade das atividades, pela segmentação dos mercados e por experiências turísticas mais autênticas”*.

O turismo, do qual A. Poon fala, aponta para novas práticas, mais individualizadas e que valorizam o contato com a natureza e a interação com as comunidades. Novos segmentos surgem como o ecoturismo, turismo gastronômico e o turismo científico, apenas para citar alguns. E ainda, formas mais personalizadas e diferenciadas da prática das atividades pelos turistas são crescentes, em detrimento do turismo de massa.

Os novos enfoques da sociedade, naquele momento histórico, sinalizam para essa transformação do modo de ver o turismo no mundo. Vários fatores, listados por Ruschmann (op.cit.), influenciaram essas transformações. Dentre os fatores, alguns são relevantes no contexto ambiental, quais sejam:

- Impactos negativos do turismo nas comunidades receptoras;
- Pressões ambientais; e
- Mudanças nas preferências dos turistas.

No que tange ao fator relativo aos impactos nas comunidades receptoras, esses passaram a receber atenção especial por parte da comunidade científica. Os impactos sobre a cultura e o ambiente natural das destinações turísticas passaram a ser avaliados quanto aos níveis de equilíbrio desejáveis entre o uso pelo turismo e a preservação. (RUSCHMANN, 1997)

Ruschmann afirma que todas as intervenções do turismo se traduzem nas modificações das relações do homem com seu espaço. Entretanto, existem algumas que são claramente perceptíveis e transformam o aspecto físico do lugar. Dentre as citadas pela autora, uma se adequa ao presente estudo: “Um fenômeno que provoca nas praias a poluição das águas e o acúmulo de detritos de lixo na areia é a densificação humana”. (RUSCHMANN, 1997)

Segundo a EMBRATUR, o impacto do turismo é constituído pela gama de modificações ou pela seqüência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades. As variáveis que provocam os impactos têm natureza, intensidade, direções e magnitudes diversas, porém os resultados interagem e são, geralmente, irreversíveis quando ocorrem no meio ambiente natural. (EMBRATUR, 2001)

Diversos autores abordam este tema em seus estudos e pesquisas e analisam os efeitos que o turismo provoca nas localidades receptoras. Midaglia afirma que o impacto causado pela freqüência dos banhistas na praia é resultado das diferentes formas de pressão destes sobre a paisagem, onde ninguém, enquanto integrante deste cenário, pode assumir uma postura inocente. É certo, também, que existe falta de planejamento, de posturas políticas corretas, infra-estrutura e, o que é pior, de educação, não só ambiental, mas básica. (MIDAGLIA, 2001:p. 44)

Por outro lado, não se pode deixar de mencionar que, como decorrência da atividade turística, algumas experiências revelam a existência de impactos positivos sobre diversas comunidades, notadamente, quando houve o planejamento dessa atividade.

Visto desta maneira, toda atividade turística deve envolver, além do bom gerenciamento, medidas de promoção socioeconômica e ações ambientalmente corretas, como forma de garantir perenidade ao investimento turístico. Assim, qualquer política para o turismo passa por uma fase de planejamento integrado que desenvolva uma análise previa da sustentabilidade local, seja socioeconômica ou ambiental, como maneira de

poder dispor de mais garantias para que o processo seja duradouro, porque a maior parte de seus componentes foi corretamente analisada e trabalhada objetivamente. (FARIA, 2001: p. 13)

O ex-Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, por ocasião do lançamento do documento Agenda 21 Brasileira – Bases para discussão, em Brasília no ano 2000, afirmou que

O antigo conceito de preservação ambiental, baseado na intocabilidade dos recursos naturais, há muito tempo foi superado e substituído por outro que condiciona a preservação a um novo modelo de desenvolvimento da civilização, fundamentado no uso racional dos recursos naturais, para que estes possam continuar disponíveis às gerações que ainda virão. A este desenvolvimento, que não esgota, mas conserva e realimenta a sua fonte de recursos naturais, que não inviabiliza a sociedade mas promove a repartição justa dos benefícios alcançados, que não é movido apenas por interesses imediatistas mas sim baseado no planejamento de sua trajetória e que, por estas razões, é capaz de manter-se no espaço e no tempo, é que damos o nome de Desenvolvimento Sustentável. (MMA, 2000)

Essa definição de desenvolvimento sustentável, segundo Faria, quando incorporada para a atividade turística, traz a necessidade de se caracterizar os interesses e os objetivos dos integrantes desse processo. De um lado estão os turistas, ávidos pelo usufruto dos recursos ambientais, portanto, voltados para a sua satisfação pessoal. Do outro estão as comunidades receptoras, que tem como interesse prioritário, a estabilidade da oferta turística, de modo a garantir a permanência do aporte financeiro e dos bens naturais e culturais da localidade. (FARIA, 2001, p. 12)

A sustentabilidade passa a ser um ponto de discussão sobre os padrões adotados na prática do turismo. O controle sobre o quantitativo dos fluxos turísticos, assim como, os limites de uso dos recursos naturais entram em pauta. E, os sinais da necessidade de planejamento do turismo se fazem refletir neste novo contexto.

Em 1987, a Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento redigiu um documento – *Our Common Future* (Nosso futuro Comum) no qual consta uma definição de desenvolvimento sustentável que ressalta a importância da gestão dos recursos compatibilizada com os interesses dos diferentes setores da sociedade, para atender às necessidades das gerações presentes e futuras.

A definição foi incorporada ao Manual de Municipalização do Turismo (2001), elaborado pelo Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, para o Programa Nacional homônimo, como fundamento para o planejamento do turismo sustentável no país, e diz o seguinte:

“O desenvolvimento sustentável não é um estado fixo de harmonia. É, antes, um processo de mudanças em que as alterações na exploração dos recursos, gestão dos investimentos, orientação do desenvolvimento e a nível institucional são geridas de um modo coerente com as necessidades futuras e presentes.” EMBRATUR (2001, P.9)

Esta definição evidencia mais um aspecto a ser considerado pelo desenvolvimento sustentável: o dinamismo. A sustentabilidade não é estática, pelo contrário, ela se configura pela mediação entre as transformações pelas quais passam sociedade, economia e ambiente.

3 Caracterização da Área de Estudo

3.1 A Área de Estudo – Morro de São Paulo

Conforme verificou-se pelos dados disponíveis no Plano de Manejo³ – APA Tinharé Boipeba⁴ A Vila de Morro de São Paulo encontra-se no extremo nordeste da Ilha de Tinaré, sendo uma das três ilhas, a saber, Ilhas de Cairu e Boipeba, que compõem o município de Cairu. Esta vila está situada na região denominada por Baixo Sul Baiano, localizada a 256 Km ao sul de Salvador e ocupa uma área estimada em 43,2 km² (CONDER, 1998)



Mapa 1: Localização de Morro de São Paulo. Fonte GEOMAPAS, 2003

→ Morro de São Paulo

³ Em 19 de junho de 1998 foi aprovado o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental – APA das Ilhas de Tinaré e Boipeba, no estado da Bahia, com o objetivo do desenvolvimento sustentável da área. O Plano de Manejo contempla os estudos específicos dos meio físico, biótico e antrópico organizados em mapas temáticos básicos, com vista a possibilitar o planejamento e a gestão ambiental da área. (CONDER, 1998)

⁴ “Decreto nº 1240 de 05 de junho de 1992. Art. 1º Fica criada a Área de Proteção Ambiental – APA das Ilhas de Tinaré e Boipeba, no município de Cairu, conforme descrito no anexo único deste Decreto”.(GOVERNO, 1992)



Mapa 2: Localização da Ilha de Tinharé Fonte: BAHIASOL, 2003

A Ilha de Tinharé está inserida num importante arquipélago desenvolvido em condições estuarinas. Segundo Odum, em 1986, a formação estuarina é proveniente da água que existe na região costeira semifechada, que apresentam ligação aberta com mares e oceanos, sendo por isso um ambiente natural que sofre influência direta das marés. É considerado um ambiente natural rico em diversidade de espécies marinhas. (ODUM, 1986: p.377-380)

As características climáticas garantem regularidade de distribuição pluviométrica durante o ano, a insolação e umidade são altas e a temperatura média anual é de 24,5°C. O clima tropical úmido, com períodos de chuvas torrenciais, a grande incidência de ventos e a elevada fragilidade dos solos, tornam as terras da área na qual está inserida Morro de São Paulo, muito suscetível aos processos erosivos. A presença de cobertura vegetal permanente é de suma importância para sua preservação. Os solos apresentam baixa fertilidade natural, são profundos e, geralmente, de textura arenosa e muito permeável. É freqüente a ocorrência de lençol freático próximo à superfície. (CONDER, 1998)

A Ilha de Tinharé contempla diversos ecossistemas naturais na forma de florestas de Mata Atlântica, sistemas marinhos, restinga, dunas, extensos

manguezais e praias com coqueirais, e recifes de grande valor ecológico e paisagístico. (CONDER, 1998)

Dentre a fauna existente, as aves são as mais representativas, pelo número de espécies e indivíduos, inclusive a presença de espécies em vias de extinção, como é o caso da ave denominada por Curió. Também há muitas espécies de répteis, mamíferos, peixes que compõem a economia local, além de diversos tipos de invertebrados, como os crustáceos. (SEIA, 2003)

Os recifes se estendem pela costa e tornam as praias abrigadas das ondas e correntes. Estes recifes são muito largos e cortados por canais e poças. A presença da fauna e flora diversificada proveniente das águas costeiras límpidas da costa leste brasileira, permite que seja encontrada elevada variedade de corais, algas, peixes, moluscos, ouriços, estrelas-do-mar entre outros. (APATINHAREBOIPEBA, 2003)

O manguezal apresenta vasta distribuição geográfica no local, apresentando plantas de porte arbustivo e arbóreo, um exemplo de espécie que encontramos nesse tipo de ecossistema é o algodão do mangue. A restinga apresenta espécies com grande capacidade de sobrevivência, pois apresenta solo muito pobre em nutrientes. Podemos encontrar ainda vegetação de dunas, de áreas úmidas, como as de várzeas, ou seja, formadas por rios. Estudos mostraram que a região é bastante privilegiada em mata ciliar que constitui mais um elemento da paisagem da região.(CONDER, 1998)

Observa-se que a natureza exuberante de Morro de São Paulo, representada pela diversidade da fauna e flora existentes no ecossistema da Mata Atlântica, as praias, dunas, mangues, a singularidade de seu estuário e a geologia peculiar, onde se destacam as falésias, bancos de pedras e o contraste de serra e mar, forma um conjunto privilegiado pela sua paisagem, que somado ao clima, torna Morro de São Paulo um atrativo natural muito procurado para o turismo.

3.2 Acessibilidade

O acesso a partir de Salvador, pode ser feito de três maneiras:

- via terrestre, seguindo-se as estradas federais BR 324 e BR 101, e em seguida a estrada estadual BA 452 até Valença, com um percurso de 256 Km. De Valença, o acesso principal para o povoado é fluvial, através do rio Una e Canal de Taperoá, perfazendo a distância de 13 milhas náuticas ou 23,5 Km;
- via náutica, com embarcações que partem diariamente do Terminal Turístico de Salvador (próximo ao Mercado Modelo, Centro);
- via área, partindo-se do Aeroporto Internacional de Salvador. Atualmente existem duas pistas de pouso para pequenas aeronaves, uma na terceira praia e outra na quarta.



Mapa 3 – Acessibilidade Fonte: APATINHAREBOIOPEBA, 2003

3.3 Marco Histórico do Morro de São Paulo

Após a descoberta do Brasil, em 1500, os portugueses haviam, segundo Bueno, deixado o território brasileiro praticamente abandonado, uma vez que as atenções estavam voltadas às explorações e comércio desenvolvidos em países da Ásia. Porém, a iminente necessidade de expandir o comércio em substituição às atividades econômicas que se encontravam em declínio nestes países, associada ao ostensivo assédio dos traficantes franceses pelo pau-brasil, madeira de grande valor econômico e encontrada apenas na Mata Atlântica, que se encontrava desprotegida, bem como, o interesse pela Serra da Prata e o território do “Rei Branco”, mais tarde

reconhecido como Império Inca, forçaram o governo de Portugal a reconsiderar sua atuação quanto às terras brasileiras. (BUENO, 1999:p. 19-29)

Nesse contexto, foi planejada uma expedição ao Brasil, pelo rei D. João III, com o propósito de combater os traficantes franceses, explorar o Amazonas, apoderar-se da foz do rio da Prata e de dar início ao povoamento no Brasil. O comando da expedição ficou sob responsabilidade de Martin Afonso de Souza. (BUENO, 1999:p. 19-29)

Quando a expedição partiu de Portugal, era composta por um galeão, duas naus, duas caravelas e 400 homens, muitos deles degredados de Portugal, que vinham ao Brasil cumprir penas por crimes cometidos. (BUENO, 1998:p. 164-166)

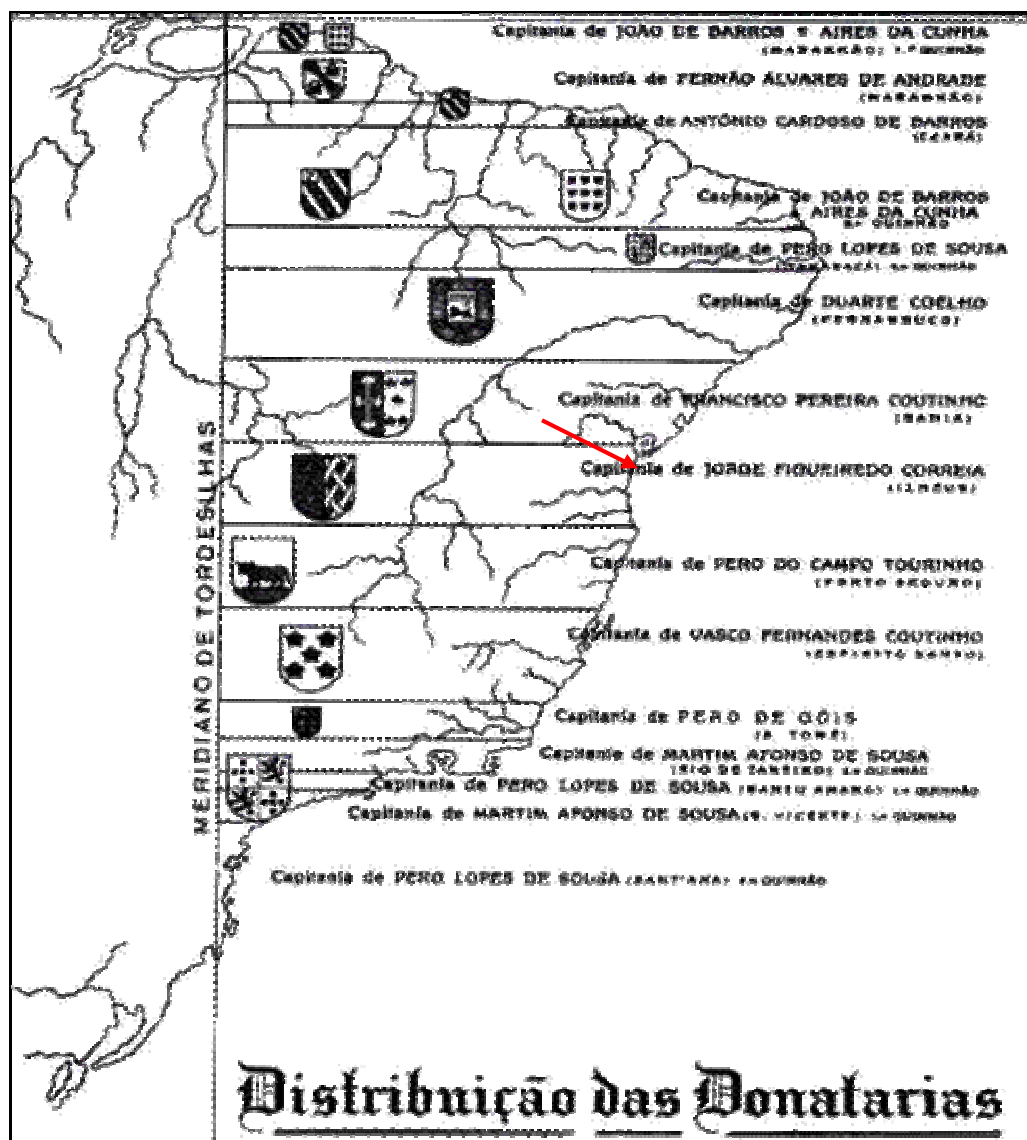
Quando chegou ao Brasil, Martin Afonso de Souza ancorou a frota em um porto natural, localizado na entrecosta do Morro de São Paulo, permanecendo poucos dias, pois partiria em seguida para o Rio de Janeiro onde iria cumprir sua missão na região do Rio do Prata⁵. (BUENO, 1998: p. 170-172)

Este porto natural é a Ilha Tinharé, que é separada do continente por um braço de mar, chamado Canal de Taperoá, denominada pelos índios como pedaço de terra “o que se adianta na água” – “Ty-nha-ré”. (BAHIA, 2001: p. 14)

Porém, a ocupação pretendida não se efetivou devido à grande extensão territorial. Então, a Coroa Portuguesa para ocupação das terras brasileiras, recorreu a um sistema semi-feudal de doações de terras hereditárias⁶, ou capitânicas, na esperança de que os donatários explorassem o pau-brasil e outros recursos naturais, para obtenção de lucros e, ao mesmo tempo servirem à Coroa, pois esta carecia de recursos. Essa divisão territorial resultou em catorze capitânicas doadas entre os anos de 1534 e 1536. (SKIDMORE, 1998:p. 27)

⁵ “...anteriormente chamado de Santa Maria, recebeu o novo nome devido às riquezas do povo que vivia na sua nascente...nasce na serra do mesmo nome e desemboca no estuário próximo à Punta del Leste”.(BUENO, 1999:p. 20)

⁶ “Grandes lotes de terra, localizados em possessões ultramarinas que a Coroa Portuguesa doava a membros da alta e da pequena nobreza, denominados donatários”.(BUENO, 1998:p. 60)



Mapa 4: Distribuição das Capitânicas Hereditárias. Fonte BUENO, 1998: p. 74



Morro de São Paulo

O território atualmente ocupado pelo Estado da Bahia, em 1534, foi dividido em três capitanias, sendo elas a Capitania da Bahia, a Capitania de Ilhéus, e, finalmente, a Capitania de Porto Seguro. (BAHIA, 2001: p. 15)

Todas as capitanias se estendiam por 10 léguas para o mar, abrangendo as ilhas que fossem encontradas, e para o sertão e terra firme até a linha limite demarcada pelo Tratado de Tordesilhas⁷. (BAHIA, 2001: p. 15)

A Capitania de Ilhéus, na qual estava incluída a Ilha de Tinharé, em 26 de junho de 1534, foi doada para Jorge de Figueiredo Correia, escrivão da Fazenda Real e um dos homens mais ricos de Portugal. “Jorge de Figueiredo Correia . era entre os donatários, o que dispunha de maiores condições, elementos e finanças para colonizar sua capitania”. (BUENO, 1999: p. 220-222).

Entretanto, conforme afirma Azevedo, outros elementos importantes caracterizavam este Senhor.

O Senhor dos Ilhéus, homem opulento e influente, jamais pensou em trocar seu cargo de escrivão e as comodidades da Corte, pelos azares e trabalho de governo de sua remota capitania. (AZEVEDO apud BUENO, 1999: p. 220-222)

Em seu lugar foi enviado Francisco Romero, natural de Castela, na Espanha, tenente reconhecido pela experiência e prudência em guerras. Assim, no final do ano de 1535, ele partiu de Lisboa, com cerca de 250 homens e três naus, para ancorar na Ilha de Tinharé. (BUENO, 1999: p. 220-222)

O tenente Romero, após enfrentar índios reconhecidos como bravios, ergueu uma povoação no alto do Morro de São Paulo. Esta era formada por alguns cristãos que dedicavam-se à cultura de algodão e à extração de pau-brasil. Porém, como as atividades não prosperaram, houve deslocamento para a baía de Ilhéus, onde foi fundada a Vila de São Jorge de Ilhéus, que transformou-se, posteriormente, na sede desta Capitania. (BUENO, 1999:p. 220-222)

⁷ Tratado firmado entre os representantes de D. João II, rei de Portugal e os dos reis espanhóis, Fernando e Isabel, na cidade de Tordesilhas, no norte da Espanha, em 7 de junho de 1494, dividindo as novas descobertas ultramarinas entre os dois reinos. (BUENO, 1998: p: 86)

A região agora ocupada pelos portugueses era habitada pelos índios Tupiniquins, que viviam mais no litoral, e pelos índios Aimorés, que ocupavam uma faixa paralela à dos Tupiniquins, mais para o interior do continente. Os portugueses conseguiram conviver de forma relativamente pacífica com os Tupiniquins, ao comerciarem por escambo⁸. Porém, com os Aimorés a situação apresentou dificuldades, pois de acordo com Gabriel Soares, ao longo de 25 anos de conflitos, os Aimorés mataram cerca de 300 portugueses e 3.000 de seus escravos. (BUENO, 1999: p. 223-228) (MORROAOVIVO, 2003)

Porém, as novas ocupações foram consideradas catastróficas devido às guerras estabelecidas entre portugueses e a população indígena. Em razão do declínio das relações de escambo pela saturação dos produtos, os portugueses passaram a escravizar os índios Tupiniquins e Aimorés, para o plantio e colheita dos canaviais, desencadeando assim, um conflito generalizado. (BUENO, 1999: p. 223-228)

Segundo Bueno, o senhor de engenho e historiador Gabriel Soares de Souza, em torno de 1570, escreveu em seu precioso *Notícia do Brasil*, o seguinte relato:

Os engenhos da capitania já não fazem mais açúcar, porque em indo ou vindo os escravos ou os homens ao campo, não escapam do gentio Aimoré, dos quais foge toda a terra dos Ilhéus para a Bahia, e tem quase toda a terra despovoada. (BUENO, 1999: p. 223-228)

A crise entre portugueses e indígenas foi agravada pelos conflitos gerados pelos próprios colonos, pois o tenente Romero ignorava preceitos jurídicos básicos e governava baseado no seu arbítrio. (BUENO, 1999: p.223-228)

Entende-se que houve uma forma de ocupação deste território bastante autoritária, pois não houve uma efetiva preocupação com as nações indígenas que viviam neste lugar, desrespeitando-se desta maneira, seus costumes, sua cultura e seu espaço, uma vez que as mesmas mantinham interação com o seu meio ambiente, e tinham suas próprias relações sociais. As dificuldades são acentuadas pelo modo de trabalho imposto, a partir da escravização para a produção de açúcar, no qual não estavam habituados. A partir disto, os indígenas tinham na expressão guerreira um mecanismo de refutar esta forma de domínio.

⁸ “...método usado pelos portugueses de obter trabalhos dos indígenas em troca de bugigangas e objetos de ferro”.(BUENO, p. 1999:15)

Na segunda metade do Século XVI, morre em Lisboa o Senhor dos Ilhéus, e então seu filho vende os direitos sobre a capitania ao banqueiro italiano Lucas Giraldes. Desta forma, o tenente Romero foi substituído pelo feitor italiano Tomaso Alegre. Porém, a produção açucareira já se apresentava insignificante. (BUENO, 1999: p. 221-228)

Em decorrência dos elevados investimentos econômicos nas capitanias com retornos incertos, gerados pelos conflitos com os indígenas, havia dificuldade para o governo português persuadir donatários a fazer novos investimentos no Brasil. Então, a Coroa resolve estabelecer o posto de Governador Geral, no início do século XVI, para Tomé de Souza, que funda a cidade de Salvador, permanecendo Capital da Colônia por dois séculos. (SKIDMORE, 1998: p. 27)

Face aos constantes ataques dos Aimorés, a migração dos colonos, a partir do início do Século XVII, para os povoados insulares era intensa. Assim, ocorreu um rápido crescimento da povoação das ilhas e a produção agrícola dali se tornou bastante diversificada. Acredita-se que na Ilha de Tinharé, ou seja, em Morro de São Paulo, tenha havido a existência de diversos engenhos de açúcar, embora a produção agrícola estivesse voltada em maior escala para o cultivo de mandioca e, secundariamente, para a extração de madeira, café, arroz, piaçava, dendê, coco e canela. (BAHIA, 2001: p. 14)

É importante salientar que, após a intensa chegada dos europeus que utilizaram principalmente a mão-de-obra indígena, essa população foi drasticamente reduzida, principalmente em função das doenças epidêmicas, como o sarampo e a varíola, trazidas pelos europeus. Soma-se a isto, o tratamento brutal por parte dos exploradores portugueses que, quando encontravam resistência nativa, dizimavam a população indígena sob a alegação de se tratarem de canibais, o que dava legitimidade às suas ações. Acredita-se que muitos indígenas que sobreviveram retiraram-se para a floresta tropical ou para o interior temperado, onde os portugueses tinham dificuldades para persegui-los. (SKIDMORE, 1998: p. 30-31)

Assim, com a mão-de-obra indígena significativamente reduzida, os portugueses voltaram-se para a obtenção de escravos africanos, iniciando o comércio destes no Brasil, que prosseguiu até meados do século XIX. (SKIDMORE, 1998: p. 32-33)

Neste mesmo período histórico, há permanência de diversos colonos em Morro de São Paulo, fato que possibilita a implantação de instalações definitivas, como a morada no alto do Morro e a construção da Capela de Nossa Senhora da Luz⁹, pelo então Capitão Lucas de Oliveira Saraiva, casado com D. Catarina de Góes, integrantes de influente família da época. (JABOATÃO, 1858 apud SCT/BA, 2003)

A construção da Igreja é atribuída ao Sr. Simão Barreto, que por necessitar de água para as novas edificações, identificou um manancial de água subterrânea e apontou este fato como uma graça obtida por intermédio de Nossa Senhora da Luz. Posteriormente, na segunda metade do século XIX, foram concluídas as obras de transferência da nova igreja de N. Sra. da Luz, em decorrência da sua destruição, para o local em que se encontra atualmente. E no lugar da antiga igreja, foi edificado o farol para orientar as embarcações que entram no Canal de Tinharé. (CALDAS, 1951 apud SCT/BA, 2003)

Assim, observamos indicativos da forma de ocupação do espaço em Morro de São Paulo, não apenas para a exploração dos recursos naturais, mas com o estabelecimento de famílias portuguesas de formação religiosa católica, provocando alterações na constituição da organização social nesta localidade.

⁹ Vide descrição da Igreja N. Sra. da Luz no apêndice. A descrição faz parte do inventário de bens históricos do Morro de São Paulo, da Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia. Porém, conforme documentação fornecida pelos dois órgãos, o bem não é tombado nem pelo IPHAN, nem pela Secretaria da Cultura.



Figura 1 – Igreja N. Sra. da Luz

A enseada do Morro de São Paulo se transformou numa espécie de zona franca, freqüentada por diversos estrangeiros além dos portugueses, entre eles piratas, contrabandistas e holandeses. Estes tinham livre acesso pelas dificuldades de fiscalização da Capitania de Ilhéus. Segundo uma lenda, houve um milagre atribuído à N. Sra. da Luz, que fez uma ilusão¹⁰ sobre a paisagem da costa, mostrando a mesma estar protegida por um batalhão de soldados, afugentando os invasores. (OLIVEIRA, 1985 apud SCT/BA, 2003) (CAMPOS, 1940 apud SCT/BA, 2003)

Então, devido à ameaça de novos ataques dos estrangeiros, para proteger o Canal de Tinharé e a entrada da Baía de Todos os Santos, foi construído o Forte do Morro de São Paulo¹¹. Assim, a povoação de Morro se desenvolveu em função desta fortaleza, pois o Canal era essencial para escoar a produção das vilas Cairu,

¹⁰ “Os holandeses ao tentarem saquear o Morro de São Paulo, por acreditarem ser rica em ouro e prata, desistiram por terem tido a ilusão de numerosa força armada defendendo a ilha”(CAMPOS apud SCT/BA 2003)

¹¹ Vide descrição do Forte do Morro de São Paulo .no apêndice. O texto mencionado corresponde à identificação adotada pelo IPHAN para descrição do patrimônio histórico.

Camamu, Boipeba e a atual Itacaré para abastecer Salvador. (OLIVEIRA, 1985 apud SCT/BA, 2003) (CAMPOS, 1940 apud SCT/BA, 2003)



Figura 2 – Forte do Morro de São Paulo

Logo que o governador decidiu construir o Forte, fez uma visita à Ilha de Tinharé e convocou os oficiais a fim de convencê-los da necessidade da ajuda que deveriam dar para a produção de farinha. (AMABO, 2003)

A produção local era tão grande, que Salvador dependia dessa farinha como a maior produção da província, durante os séculos XVII e XVIII. Então, no início do século XVII, o Governador Afonso Furtado proibiu plantações de canaviais e a construção de engenhos nas ilhas para a produção de farinha. (OLIVEIRA, 1985 apud SCT/BA,2003)

Percebe-se que a região de Morro de São Paulo mereceu destaque pela importância de sua produção de farinha, o que indica uma estreita ligação econômica da localidade com a capital.

Os fatos históricos considerados mais importantes de serem apresentados neste trabalho, no primeiro período do Século XVIII remetem ao primeiro motim no Forte do Morro de São Paulo e as construções do Forte da Ponta e de dois fortes

menores, Zimbeiro e São Luiz, no alto do Morro, onde há atualmente apenas pequenos fragmentos. (BAHIASOL, 2003)

O Conde de Sabugosa, ou seja, o Senhor Vasco Fernandes César de Meneses, Vice-rei, posteriormente, ordena a criação, em Morro de São Paulo, de um posto de fiscalização para controle da região, pois esta dava acesso às minas de ouro¹² do interior. Com o declínio da produção agrícola e as recentes descobertas de ouro no recôncavo baiano e nas minas gerais, a região do Morro era considerada um dos principais meios de acesso para alcançar estas áreas auríferas. (APATINHAREBOIPEBA, 2003)

Ainda na primeira metade do mesmo século, o Visconde de Sabugosa suspende a obrigação de fornecimento de mandioca às tropas, atendendo ao pedido dos produtores. E assim, teve início à construção da Muralha que acompanharia o canal de entrada às águas de Tinharé, integrando o conjunto de Fortificações. Edificações estas que contaram com cinco construções e baterias em muros de 678 metros de extensão, com 51 peças de artilharia e uma guarnição com 183 homens, sendo uma das maiores registradas no período do Brasil colonial. (BAHIASOL, 2003)

O principal indício do início do povoado de Morro de São Paulo está indicado na planta de João de Abreu e Carvalho, reproduzida por José Antonio Caldas. A mesma registra que a povoação se resumia a uma única rua, que servia de ligação entre a atual Igreja Nossa Senhora da Luz e a Prainha, então deserta. Segundo a legenda, eram as “cazas onde moravam os soldados do Presídio”. (CAMPOS, 1940 apud SCT/BA, 2003)

No mesmo lugar da fonte de água, achada por Simão Barreto, foi construída a Fonte Grande¹³ para serventia do presídio e dos moradores locais, em meados do século XVIII, por determinação do vice-rei André de Melo e Castro. Merecidamente, chamada de Grande, era considerada o mais notável exemplar de equipamento urbano para abastecimento público do período colonial. (SCT/BA, 2003)

¹² “...como a região não obtivesse mais lucro com a implantação da lavoura canavieira, articulou-se outra forma de atividade econômica, com expedições que partiam do litoral e avançavam para o interior à procura de ouro”.(FOLHA, 1996:p. 300)

¹³ Vide descrição da Fonte Grande no apêndice . A descrição constante no apêndice faz parte do documento de tombamento, fornecida pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.



Figura 3– Fonte Grande

Este fato determinou o aparecimento da segunda rua em Morro de São Paulo, com duas vias e uma escadaria em forma de rampa, que servia de acesso ao porto, que passa a denominar o povoado de assentamento urbano. Há relatos de 1802 sobre o povoado. “... um miserável povoado, de casas feitas de sopapo, situado numa encantadora encosta do morro” (SOUZA, 1983 apud SCT/BA, 2003)

Na última metade do Século XVIII, uma tempestade danifica a Fortaleza, mas as obras de restauração somente são iniciadas cerca de 20 anos depois, pois na Corte existia uma polêmica sobre as necessidades da recuperação. Por fim, a obra, sob supervisão de Domingo Álvares Branco Muniz, confere ao Forte do Morro o seu aspecto atual. No fim século XVIII o Forte encontrava-se em decadência e arruinado. Nos meados da segunda década do século XX, encontravam-se ao relento

cinquenta e dois canhões antigos. (AMORIM, 1919 apud SCT/BA, 2003) (VILHENA, 1969 apud SCT/BA, 2003)

De acordo com Amorim, o povoado de Morro de São Paulo perdeu sua importância estratégica e militar, a partir do início do Século XX, passando a ser uma vila de pescadores e agricultores, que iniciaram sua ocupação na primeira praia. (AMORIM, 1919 apud SCT/BA, 2003). Para Aguiar, apesar de ter alcançado uma população próxima de 300 famílias no final do século XIX, a povoação foi descrita como insignificante e quase ociosa. (AGUIAR, apud SCT/BA, 2003)

Ainda na segunda metade do século XX a Fortaleza passa à jurisdição da então Fazenda Nacional. Neste mesmo período a Fortaleza do Morro de São Paulo e a Fonte Grande são bens públicos tombados para serem protegidos devido à sua singularidade histórica, pelo atual IPHAN. (IPHAN, 2003) (SCT/BA, 2003)

Segundo dados do IPHAN, nesta mesma época, pessoas estranhas, dizendo-se autorizadas pela Interventoria Federal¹⁴, realizaram escavações na Fonte Grande à procura de supostos tesouros, danificando-a. (IPHAN, 2003). Pode-se inferir que estas pessoas provavelmente estavam em busca de vestígios do período da exploração do ouro nesta região.

Posteriormente a Fonte Grande foi restaurada pelo IPHAN, sob a supervisão do Arquiteto Anísio Luz, na década de setenta, conforme depoimento de moradores autóctones¹⁵ de Morro de São Paulo, anotado em visita técnica realizada no ano de 2002.

Depreende-se, a partir do estudo do marco histórico, a importância de Morro de São Paulo desde o início da ocupação portuguesa, devido a sua localização estratégica, tanto para a defesa contra os ataques indígenas, quanto aos dos traficantes e piratas que vinham em busca do pau-brasil e, posteriormente, para atacar Salvador e roubar os produtos escoados pelo canal de Taperoá. A produção agrícola e a contribuição para o acesso às áreas de exploração do ouro vieram confirmar a importância da localidade para a economia da colônia.

¹⁴ “Órgão do Governo Federal que tem como finalidade salvaguardar o cumprimento da constituição, quando violada por um estado, município ou Distrito Federal”. (Constituição Federal de 1988)

¹⁵ “O que é oriundo da terra onde se encontra, sem resultar de imigração ou importação” (FERREIRA, 1988: p.74)

Porém, a estagnação econômica fadaram o local ao esquecimento. O que de certa maneira foi positivo pois preservou sua natureza, por outro lado, o seu acervo arquitetônico foi também esquecido e a ação do tempo e a falta de conservação lhe imprimiram as marcas que se agravam a cada dia.

Conclui-se que, um capítulo de nossa história, marco significativo, para a construção da identidade e legado histórico está fadado a desaparecer. Cabe, no entanto, ao turismo a missão de contribuir para a preservação dos valores culturais uma vez que estes bens materiais e imateriais apresentam um valor específico para a atividade turística.

4 Turismo em Morro de São Paulo

4.1 Histórico da Atividade

A partir da II Guerra Mundial, entre as décadas de 1940/50, há a identificação da chegada de alguns veranistas. Acredita-se que o interesse turístico surgiu nesta época, em consequência de ter tido, nas proximidades da costa do Morro de São Paulo, naufrágio de dois submarinos alemães. Tal fato provocou grande alvoroço e temor na população nativa, pois o acontecimento foi amplamente divulgado pelos jornais da época, despertando o interesse pelo local. (ARAÚJO, 2000)

Até 1970, aproximadamente, a agricultura extrativista foi responsável por quase toda a movimentação de recursos da área em estudo, principalmente os cultivos de coco e piaçava. O pessoal vivia, basicamente, de empregos temporários nas fazendas de piaçava e coco. (APATINHAREBOIPEBA, 2003)

O turismo, como atividade econômica é recente. Teve início na década de 80 e se estabeleceu como alternativa viável e lucrativa no início dos anos 90. Até então, o turismo era feito por aventureiros e mochileiros, sem qualquer infra-estrutura de apoio, nem pousadas, nem bares ou restaurantes.

A partir da década de 80, o sítio urbano apresentou modificações significativas desde o início da atividade turística, uma vez que a população autóctone ocupava apenas a rua principal da vila e de modo pouco expressivo, a primeira praia. Oitenta por cento dos habitantes extraíam sua sobrevivência da pesca e os outros vinte por cento, da agricultura extrativista. As habitações eram barracos de taipa, feitos pelos próprios moradores com madeira e barro da ilha, o telhado era feito com a capa fina da piaçava. Não existia sistema de abastecimento de água, rede de esgotos e iluminação, enfim, nenhuma infra-estrutura básica. Os nativos se serviam das matas para fazerem suas necessidades fisiológicas e a água era recolhida das nascentes e na Fonte Grande. Só em 1980, foi instalado um gerador para prover a iluminação. A prefeitura abastecia o gerador com combustível, que era ligado das 5h30min às 21h30min. Quando havia alguma programação de televisão que a comunidade queria assistir fora desse horário, o valor do combustível do gerador, era rateado entre a comunidade. Finalmente, em 1986 a Companhia de Eletricidade da Bahia - COELBA, levou eletricidade à localidade, através de cabo submarino¹⁶.

Na primeira praia foram construídas as primeiras casas de veranistas do Morro. Hoje em dia, quase todas se transformaram em pousadas, mas alguns veranistas tradicionais ainda mantêm suas casas, apenas para uso em temporadas ou feriados

A área frontal, a partir da Segunda praia, tinha coqueiral em toda a sua extensão. Com a intensificação do turismo, essa área passou a ser ocupada por barracas, pois nesta época não haviam meios de acomodação e os excursionistas e visitantes permaneciam em Morro apenas durante o dia. Ou ficavam em barracas, ou dormiam nas casas dos pescadores. A primeira pousada foi construída em 1980, e era chamada Ilha da Saudade¹⁷.

Nessa época também, não havia posto de saúde, nem escolas. O abastecimento de mantimentos e artigos de primeira necessidade eram feitos em mercearias e botecos que funcionavam em barracas de taipa, dos mesmos moldes das antigas habitações¹⁸.

O transporte para fora da Ilha era feito em lanchas e barcos a vela dos próprios pescadores. Porém quando o movimento dos turistas se intensificou, surgiu uma

¹⁶ Carlos Galassi, vide 7.3 entrevistas.

¹⁷ Carlos Galassi, vide 7.3 entrevistas

¹⁸ Carlos Galassi, vide 7.3 entrevistas

lancha lenta, que fazia o percurso para a cidade de Valença. A partir de 1983 chegaram outros barcos lentos e as lanchas rápidas só surgiram a partir de 1993. A travessia para Salvador, em veleiros, surgiu a partir de 1990¹⁹.

No final de século XX, o Governo do Estado da Bahia decreta a criação da Área de Proteção Ambiental – APA Tinharé/Boipeba, em 1992, com o intuito de garantir a proteção de sua paisagem natural, garantir a proteção de seu rico patrimônio histórico, promover o desenvolvimento sustentável das atividades econômicas, no âmbito do turismo e proteger a biodiversidade da área. (GOVERNO, 1992)

Ainda no final do mesmo século é aprovado o Plano de Manejo desta APA, com a proposição de um zoneamento econômico, ecológico, bem como a instalação de uma sede administrativa em Morro de São Paulo. (GOVERNO, 1998)

Em visita técnica em maio de 2001, observou-se que a rua principal da vila, a primeira praia, a segunda e a terceira estão completamente ocupadas por pousadas, hotéis e estabelecimentos envolvidos com a atividade turística. A população nativa, à medida que foram aparecendo compradores, foi vendendo suas casas e terrenos e, ou migrando para centros urbanos ou para áreas mais periféricas do Morro. As casas dos nativos foram substituídas por construções de alvenaria de um, dois e até quatro pavimentos.

O coqueiral existente até o final da terceira praia, foi derrubado e ocupado por compradores dessas áreas que foram loteadas pelos seus donos, para construíram estabelecimentos turísticos. As áreas mais internas do Morro foram sendo ocupadas, gradativamente, à medida que os empreendimentos turísticos foram crescendo e atraindo mão-de-obra, que na sua maioria era formada por pessoas originárias do interior ou de localidades próximas, pessoas de outras regiões e estrangeiros que vieram para Morro, encantados por suas belezas e com o objetivo de trabalharem no turismo.

Segundo dados fornecidos pela Empresa de Turismo da Bahia S/A - Bahiatursa, Morro de São Paulo é o principal motivador do deslocamento do turista para o Arquipélago de Tinharé e proximidades, ficando em 5º lugar como destino

¹⁹ Carlos Galassi, vide 7.3 entrevistas

preferido no Estado da Bahia. Apesar do reduzido espaço geográfico, é onde estão localizados os principais recursos turísticos de toda a região. (SEIA, 2003)

Morro de São Paulo, atualmente, dispõe de aproximadamente 180 pousadas e 15 hotéis, em 4 opções de hospedagem para o visitante: a vila, a praia, a mata e a fonte. Para quem gosta de menor movimento, o ideal é hospedar-se entre a vila, a fonte, a Primeira e a Segunda praia. Para que gosta de sossego, então o bom é ficar perto da mata, terceira e Quarta praia, mais distantes da vila. Do total dos meios de hospedagem, 95% desses empreendimentos pertencentes à empresários de fora da localidade. Em geral, são turistas que se encantaram com a beleza do lugar e ali permaneceram, investindo no setor turístico. (SEBRAE,2003)

O setor gastronômico, conta com 29 estabelecimentos com um número considerável de opções, como pizzarias, creperies, comida internacional, oriental, chinesa, brasileira, vegetariana, regional, e outros. (SEBRAE,2003)

Com relação ao acervo arquitetônico do período colonial existente em Morro de São Paulo, o mesmo evidencia a importância da localidade no processo de ocupação e colonização pelos portugueses. Embora possuidores de grande valor histórico e cultural, o importante conjunto defensivo, composto pelas cinco fortalezas e pela extensa muralha e a Fonte Grande, considerados as edificações mais significativas da Bahia colonial, encontram-se bastante depredadas.

Acerca da população local, cerca de 800 pessoas, verificou-se que durante o século XX, a oscilação da quantidade foi insignificante. Somente a partir das duas últimas décadas, houve uma mudança importante. À essa população somavam-se cerca de 200 veranistas que ocupavam suas casas de veraneio, apenas nos períodos de férias e feriados. Não havia presença de imigrantes residindo ali permanentemente²⁰.

Atualmente, de acordo com a Secretária de Turismo do Município de Cairu, a população é de aproximadamente 500 nativos e 1500 imigrantes²¹. Com relação à urbanização da Vila, pode-se observar que a mesma traz uma paisagem cosmopolita.

²⁰ Carlos Galassi, vide 7.3 entrevista

²¹ Aline Reis, vide 7.3 entrevistas

As condições de vida, no Morro, para a população local são relativamente boas, de acordo com opiniões de nativos, uma vez que há a disponibilidade de meios de moradias, apesar de serem em favelas e invasões, a existência de um posto de saúde, de uma escola pública, a oferta de emprego informal, que lhes garante o suprimento das necessidades básicas, além de terem a praia como local de diversão²². Apesar da preferência dos empresários locais por mão-de-obra qualificada, absorvendo, de preferência, mão de obra externa, o nível de desemprego é sanado pelas ocupações informais que vão desde guias de passeios, carregadores de malas, artesãos, vendedores de pastéis, doces, salgados, fazedores de tererês (tranças) e outros. A presença desse contingente de trabalhadores ligados às atividades informais chega, por vezes, a incomodar devido ao grande assédio.

Atualmente, a atividade do turismo é evidenciada pelo crescente número de pessoas que procuram o povoado em busca na natureza, paz e diversão. Os atrativos naturais e culturais de maior relevância, na Vila de Morro de São Paulo, serão posteriormente apresentados com fotos e descrição dos mesmos,

4.2 Atrativos Turísticos

Os elementos que compõem o espaço turístico da destinação ora estudada, Morro de São Paulo, serão descritos neste capítulo.

Complementando, ainda as informações sobre o destino turístico, foi estudado e analisado o inventário da oferta turística.

A descrição dos atrativos turísticos aqui relacionados foi sintetizada através de informações colhidas em diversos documentos fornecidos pela Secretaria de Cultura e Turismo do Governo do Estado da Bahia - SCT/BA e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, além de dados oriundos da observação

²² Antonio, vide 7.3 entrevistas

direta²³, e entrevistas realizadas junto à comunidade local e de informações coletadas junto às entidades públicas, associações comunitárias e empresas particulares.

Identificando a ampla gama de informações sobre os atrativos, considerou-se importante consolidar esses dados em tabelas na forma apresentada abaixo de modo a facilitar a sua visualização.

²³ Através de visitas realizadas ao longo dos anos de 2000 a 2003, quando foram colhidos materiais bibliográficos, realizados entrevistas com os residentes, representantes comunitários e de entidades públicas, empresários e turistas., além da comprovação de informações atuais. Muitos dos contatos feitos foram de fundamental importância para a elaboração deste trabalho.

Atrativo 1 - Primeira Praia

Classificação: Atrativo Turístico	Categoria: Atrativo Natural Ecológico	Tipo: Praia
Nome do Atrativo: Primeira Praia	Localização: Início da faixa de praias, a partir da vila.	Acesso: A pé, por rua com chão de areia
Transporte até o Local: Não há	Diferencial: Mais urbanizada	Equipamentos e Serviços no atrativo: Pousada e barracas
Atividades que podem ocorrer: Banho, contemplação da paisagem, surf, tirolesa, mergulho, bananaboat e embarque de passeios	Acessibilidade ao Atrativo: Permanente	Demanda: Habitantes locais Turistas Visitantes
Avaliação Trecho poluído devido à presença de óleo na água causados pelas embarcações, lixo na areia.	Obs: Presença de cachorros na praia, apesar da frequência de grande número de crianças	Fonte: Observação de campo

Tabela 1 – Primeira Praia



Figura 4 - Primeira Praia

Atrativo 2 - Segunda Praia

Classificação: Atrativo Turístico	Categoria: Atrativo Natural/Ecológico	Tipo: Praia
Nome do Atrativo: Segunda Praia	Localização: Praia seguinte à Primeira, com acesso pela orla e pela escadaria da rua da Prainha.	Acesso: A pé, por caminho de areia
Transporte até o Local: Não Há	Diferencial: Ilha da Saudade; Praia mais badalada com festas e luau até o amanhecer	Equipamentos e Serviços no local do Atrativo: Pousadas, barracas, supermercado, lojas de souvenirs e aluguel de equipamento para mergulho
Atividades que Podem Ocorrer: Banho, contemplação de paisagem, vôlei, futebol, futevôlei, frescobol e mergulho	Acessibilidade do Atrativo: Permanente	Demanda: Habitantes locais Turistas Visitantes
Avaliação: Devido à insuficiência de latas de lixo e da falta de recolhimento do lixo varrido pelos garis, contatou-se a existência de lixo ao longo da praia	Obs: Praia muito movimentada, freqüentada, principalmente, pelo público jovem	Fonte: Observações de campo

Tabela 2 - Segunda Praia



Figura 5 – Segunda Praia

Atrativo 3 - Terceira Praia

Classificação: Atrativo Turístico	Categoria: Atrativo Natural/Ecológico	Tipo: Praia
Nome do Atrativo: Terceira Praia	Localização: Após a Segunda praia	Acesso: A pé, por caminho de areia, exceto a escadaria de acesso às praias
Transporte até o local: Não há	Diferencial: Ilha de Caitã Maior tranquilidade	Equipamentos e serviços no local do atrativo: Pousadas, restaurantes, hotéis, operadora de mergulho
Atividades que podem Ocorrer: Banho, mergulho, contemplação da paisagem, passeios a cavalo, caiaque	Acessibilidade ao Atrativo: Permanente	Demanda: Habitantes locais Turistas Visitantes
Avaliação: Trechos poluídos, presença de óleo na água devido a embarcações	Obs: Como a faixa de areia é estreita, ocasiona congestionamento entre passantes e banhistas	Fonte: Observação de campo

Tabela 3 - Terceira Praia



Figura 6 – Ilha de Caitã – Terceira Praia

Atrativo 4 - Quarta Praia

Classificação: Atrativo Turístico	Categoria: Atrativo Natural Ecológico	Tipo: Praia
Nome do Atrativo: Quarta Praia	Localização: Após a Terceira praia	Acesso: A pé, pela beira mar
Transporte até o Local: Não há	Diferencial: Praticamente deserta Piscinas naturais	Equipamentos e Serviços no atrativo: Restaurante, hotéis e pousadas
Atividades que podem ocorrer: Banho, contemplação da paisagem, caminhada, mergulho	Acessibilidade ao Atrativo: Permanente	Demanda: Habitantes locais Turistas Visitantes
Avaliação: Percebe-se que se trata da praia mais preservada do Morro	Obs: A área possui extensa fazenda de propriedade particular	Fonte: Observação de campo

Tabela 4 - Quarta Praia



Figura 7– Quarta Praia

Atrativo 5 - Portaló

Classificação: Atrativo Turístico	Classificação: Atrativo Histórico Cultural	Tipo: Monumento Subtipo: Arquitetura Civil
Nome do Atrativo: Portaló	Localização: Rampa de acesso ao Morro	Uso: Portão de entrada de Morro de São Paulo
Transporte até o local: A pé	Diferencial: Construção do séc. XVII	Demanda: Habitantes locais Turistas Visitantes
Atividades que podem ocorrer: Acesso, contemplação, pesquisa histórico/científica	Acessibilidade ao atrativo: Permanente	Acesso: Feito por rampa calçada do atracadouro.
Avaliação: Péssimo estado de conservação, com sinais de deterioração	Obs: Constatei a existência de algumas inscrições no arco do Portaló, porém, ao indagar alguns habitantes locais a respeito, demonstraram total falta de conhecimento.	Fonte: Observação de Campo

Tabela 5 - Portaló



Figura 8 - Portaló

Atrativo 6 - Forte do Morro de São Paulo

Classificação: Atrativo Turístico	Categoria: Atrativo Histórico Cultural protegido pelo IPHAN	Tipo: Monumento Subtipo: Arquitetura Militar Ruína
Nome do Atrativo: Forte do Morro de São Paulo, ou Forte da ponta, ou Forte do Tapirandu, ou Forte do Facho	Localização: Faixa costeira da localidade	Uso: Proteção da barra falsa da Baía de Todos os Santos, defesa do escoamento da produção regional
Transporte até o Local: Não há	Diferencial: Construção do século XVII, considerado um dos maiores sistemas de defesa da Bahia	Demanda: Turistas Visitantes
Atividades que podem ocorrer: Contemplação Pesquisa histórica	Acessibilidade ao Atrativo: Permanente	Acesso: A pé, por um caminho de terra
Avaliação: Péssimo estado de conservação	Obs:	Fonte: IPHAN Observação de campo

Tabela 6 – Forte do Morro de São Paulo

Atrativo 7 - Praia do Forte

Classificação: Atrativo Turístico	Categoria: Atrativo Natural Ecológico	Tipo: Praia
Nome do Atrativo: Praia do Forte	Localização: Próximo ao Forte do Morro de São Paulo	Acesso: A pé, pelo caminho de terra que circunda os 678 metros da muralha do Forte
Transporte até o Local: Não há	Diferencial: Pouca extensão de areia Praticamente deserta Piscinas naturais Grande quantidade de pedras e corais	Equipamentos e Serviços no Atrativo: Não há
Atividades que podem ocorrer: Banho, contemplação da paisagem e mergulho	Acessibilidade ao Atrativo: Permanente	Demanda: Turistas Visitantes Pescadores
Avaliação: É perceptível a presença de lixo na areia e a ausência de lixeira	Obs: Apesar da barreira de pedras e corais, a temperatura da água varia de morna a fria em função da maré.	Fonte: Observação de Campo

Tabela 7 – Praia do Forte



Figura 9 – Praia do Forte

Atrativo 8 – Igreja Nossa Senhora da Luz

Classificação: Atrativo Turístico	Categoria: Atrativo Histórico Cultural	Tipo: Monumento Subtipo: arquitetura religiosa
Nome do Atrativo: Igreja Nossa Senhora da Luz	Localização: Em frente a Praça da Amendoeira	Uso: Manifestações Religiosas
Transporte até o local: Não há	Diferencial: Construção do século XIX, possui relíquias dos séculos XVII e XVIII	Demanda: Habitantes locais Turistas Visitantes
Atividades que podem ocorrer: Contemplação, culto religioso, cerimônias religiosas, festas religiosas, pesquisa científica	Acessibilidade ao atrativo: Permanente	Acesso: A pé, subindo-se uma pequena escadaria
Avaliação: Bom estado, porém necessita de restauração da pintura dos forros	Obs:	Fonte: Observação de campo

Tabela 8 - Igreja Nossa Senhora da Luz

Atrativo 9 - Farol do Morro de São Paulo

Classificação: Atrativo Turístico	Categoria: Atrativo Histórico Cultural	Tipo: Monumento Subtipo: Arquitetura Civil
Nome do Atrativo: Farol do Morro de São Paulo	Localização: Alto do promontório do Morro de São Paulo	Uso: Guia de embarcações em alto mar
Transporte até o Local: Não há	Diferencial: Construção do Século XVII	Demanda: Funcionários Turistas Visitantes
Atividades que podem ocorrer: Contemplação, visita técnico-científica	Acessibilidade ao Atrativo: Permanente	Acesso: Feito por escadaria de pedras e terra batida, entre a vegetação nativa.
Avaliação: Bom estado de conservação, sendo de interesse para aproveitamento turístico.	Obs: No caminho que dá acesso ao farol, podem-se observar outras ruínas históricas, como o cemitério do período colonial, onde ainda são enterrados os nativos	Fonte: Observação de campo

Tabela 9 - Farol do Morro de São Paulo



Figura 10 – Farol do Morro de São Paulo

Atrativo 10 - Fonte Grande

Classificação: Atrativo Turístico	Categoria: Histórico Cultural protegido pelo IPHAN	Tipo: Monumento Subtipo: Arquitetura Civil
Nome do Atrativo: Fonte Grande	Localização: Praça da Fonte Grande	Uso: Antigo abastecimento de Água
Transporte até o local: Não há	Diferencial: Construção do século. XVII, considerado o maior sistema de abastecimento do Brasil colonial	Demanda: Turistas Visitantes
Atividades que podem ocorrer: Contemplação, pesquisa histórica	Acessibilidade ao Atrativo: Permanente	Acesso: A pé, por rua com chão de areia
Avaliação: Estado de conservação regular, apresenta grande quantidade de lixo ao redor	Obs: Sendo um patrimônio histórico tombado, verifica-se a falta de Qualquer cuidado que garanta a sua preservação	Fonte: IPHAN Observação de campo

Tabela 10 - Fonte Grande

Atrativo 11 - Festa da Padroeira

Classificação: Atrativo Turístico	Categoria: Manifestações e Usos Tradicionais Populares	Tipo: Festas Subtipo: Religiosa
Nome da Festa: Festa da Padroeira Nossa Senhora da Luz	Data: 08 de setembro	Localização: Praça da Amendoeira, próximo à Igreja
Acesso ao Local da Festa: A pé, por rua de areia	Demanda: Habitantes locais Turistas Visitantes	Fonte: Inventário de Bens históricos da Secretaria da Cultura do Estado da Bahia Observação local

Tabela 11 - Festa da Padroeira

Descrição do Atrativo

A festa da padroeira de Morro de São Paulo consta de programação variada e, segundo depoimento de alguns habitantes locais, é muito animada. Inicia com uma

alvorada, depois acontece a novena e procissão. São montadas barraquinhas na Praça Aureliano Lima para a venda de comidas típicas, jogos e brincadeiras. Vários shows musicais e apresentação de grupo de capoeira, também fazem parte da festa.

Atrativo 12 - Reveillon

Classificação: Atrativo Turístico	Categoria: Manifestações e Usos Tradicionais Populares	Tipo: Festas Subtipo: Populares
Nome da Festa: Reveillon	Data: 31 de dezembro	Localização: Segunda Praia
Acesso ao Local da Festa: Usar o acesso da Segunda Praia	Demanda: Habitantes Locais Turistas Visitantes	Fonte: Pesquisa de Campo

Tabela 12 - Reveillon

Descrição do Atrativo

Segundo informações do dirigente da Associação Baiacu de Espinhos, com sede no Morro, Sr. Railton, a festa de reveillón é a manifestação popular que atrai a maior quantidade de turistas e visitantes ao Povoado do Morro de São Paulo. A festa tem início com apresentação de bandas provenientes de Salvador, da cidade de Valença e arredores e tem o seu ponto alto na grande queima de fogos que acontece à meia noite, por ocasião da passagem do ano novo. O término se dá ao amanhecer, com um animado banho de mar.

Com relação aos atrativos culturais arquitetônicos verificou-se que o rico acervo das construções do período colonial constituem um forte apelo à prática do turismo cultural.

Verificou-se que as praias constituem os principais atrativos turísticos de Morro de São Paulo, uma vez que são elas que provocam o deslocamento da quase totalidade dos turistas ao lugar estudado. A calma e a temperatura de suas águas, a beleza da paisagem cênica, a diversidade do ecossistema marinho e o diferencial

que cada uma apresenta são os atributos que revelam as qualidades que as tornam propícias para o turismo de sol e mar.

As características próprias da cada praia favorecem a prática de diversos tipos de esportes náuticos, como mergulho, surf, caiaque, jet-ski, wind-surf e Kite-surf. A grande quantidade de bancos de corais propiciam a prática do mergulho, pois além de possibilitar a presença de uma significativa diversidade de animais marinhos que podem ser observados ao mergulhar, mantém as águas calmas.

As quatro operadoras de mergulho de Morro de São Paulo oferecem curso de mergulho uma vez que isso é pré-requisito para o batismo e mergulho. Outro fator que facilita a prática esportes náuticos é a oferta considerável de aluguel de equipamentos e a facilidade de acesso desses serviços.

4.3 Inventário da Oferta Turística²⁴

O *Inventário da Oferta Turística do Morro de São Paulo* elaborado pelo Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa - SEBRAE, em outubro de 2002, serviu de base à análise, por se tratar de documento que atende a minha expectativa com relação aos dados constantes no mesmo. Essas informações foram ainda complementadas com avaliações baseadas na percepção da comunidade, reveladas em entrevistas e através de observação direta²⁵, e nas pesquisas de campo realizadas ao longo de quatro anos de visitas técnicas.

O Sebrae, através do seu programa de turismo, visando acompanhar as tendências e propor melhorias, notadamente no meio empresarial, realizou o levantamento a fim de identificar o perfil da oferta turística de Morro de São Paulo, no mês de setembro de 2002.(SEBRAE, 2003)

O método de pesquisa utilizado pelo SEBRAE foi o exploratório aleatório. Com a utilização de dados primários, que são as informações obtidas por meio do

²⁴ “É o processo pelo qual se registra o conjunto dos atrativos, dos equipamentos e serviços turísticos, da infra-estrutura de apoio turístico de uma determinada região, visando à correta ordenação e exploração do território, de forma a otimizar a utilização de seus recursos naturais e culturais”. (EMBRATUR, 2001)

²⁵ Observação, cit

trabalho de entrevistas em campo e de dados secundários obtidos através de consultas a relatórios e publicações.(SEBRAE, 2003)

De um total de 142 meios de hospedagens, entre hotéis e pousadas, cadastrados pela Bahiatursa, o Sebrae usou como amostragem²⁶, apenas 62% do total, ou seja, 88 estabelecimentos de hospedagem que, juntos perfazem um total de 2.963 leitos. (SEBRAE,2003)

Morro dispõe, ainda, de 4 campings, comportando 230 barracas, oferecendo entre 3 a 4 sanitários por camping. (SEBRAE, 2003)

Com relação aos meios de alimentação, verificou-se a existência de 29 estabelecimentos. Porém, do total pesquisado, apenas 15%, ou seja, 04 restaurantes apresentam gastronomia regional típica. (SEBRAE,2003)

As outras opções em oferta de meios de alimentação são os bares, cafés, docerias, lanchonetes e outros, perfazendo um total de 18 estabelecimentos, distribuídos ao longo das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª praias, caminho da vila, fonte grande, Praça N. Srª da Luz e Ladeira da Igreja. Estão divididos conforme o tipo de comida em: 5 especializados em pratos regionais, 2 servem lanches e doces, 2 nacionais, 2 tira-gosto regional, 1 internacional e 1 lanchonete/sorveteria.(Serviço,...2003)

Saliento, que o Inventário indica que agências não oferecem nenhum guia turístico para acompanhar os passeios na Ilha e arredores, nem possuem nenhum intérprete nos seus quadros de funcionários.(SEBRAE,2003)

São quatro as transportadoras turísticas instaladas em Morro de São Paulo, conforme, sendo que todas encontram-se registradas na Embratur. (SEBRAE,2003)

Constata-se que Morro de São Paulo possui uma oferta de serviços turísticos bem distribuídos no espaço utilizado para o turismo e apresenta uma diversidade na tipologia dos pratos que procura atender todos os gostos.

Portanto, é importante ressaltar que com relação à oferta de pratos regionais, fica a desejar pela pouca quantidade de estabelecimentos que oferecem esse tipo de gastronomia. Outro ponto que chama a atenção, é a falta de intérpretes, pois a

localidade recebe uma quantidade razoável de turistas internacionais, e este fato acarreta dificuldades para esses turistas.

²⁶ “Ato ou processo de seleção e de escolha dos elementos para construir uma amostra a ser analisada como representante de um todo (EMBRATUR, 2001)”

5 Avaliação dos Principais Impactos Resultantes da Atividade Turística na Vila do Morro de São Paulo/ BA

5.1 Praias

Em relação ao atrativo turístico praias, o primeiro impacto que pode ser observado sobre o meio ambiente são as freqüentes retiradas de areia e a dinamitação dos bancos de corais ao longo da Segunda e da Terceira praia para utilização na construção civil. Em consequência desse fato, houve um acentuado avanço do mar tornando a faixa de areia bem mais estreita, uma vez que os corais e as pedras formavam uma barreira natural ao longo dessas duas praias. Ainda como decorrência disso houve uma forte erosão na Segunda praia e o assoreamento da Ilha da Saudade.²⁷



Figura 11 – Retirada de areia para uso na construção civil

Porém, esta prática de dinamitação não é exclusiva de Morro de São Paulo, e isto pode ser comprovado na cartilha denominada “Perigos e prejuízos da ‘pesca

com bomba”, elaborada na década de noventa, pelo Grupo de Proteção Baía de Todos os Santos, que aponta os impactos ambientais gerados pela utilização de explosivos em ambientes marinhos, ao indicarem o prejuízo ecológico devido a eliminação da grande biodiversidade²⁸ existente nestas regiões. Segundo essa cartilha, essa prática é antiga no litoral baiano, apesar dos protestos realizados pelos residentes, principalmente por parte dos pescadores tradicionais. Revela, ainda, a proibição baseada em lei federal, bem com os riscos de mutilação humana e mesmo a possibilidade de óbito em consequência desta ação depredatória.

Ainda, segundo a mesma fonte, o trabalho de educação ambiental deste grupo reforça a necessidade de continuidade destas ações para conscientização dos integrantes das comunidades locais, acerca dos riscos ambientais e sociais provenientes do uso de explosivos para a pesca ou a obtenção de matéria primas em bancos de recifes de corais.

O desembarque de produtos de consumo, de materiais para construção civil, de máquinas, equipamentos e eletrodomésticos, entre outros produtos, para a Vila do Morro de São Paulo é realizado na Primeira praia, devido a sua localização próxima à via principal de acesso a Vila e as características da praia serem propícias ao fundeio de embarcações. Como consequência desse fluxo de embarcações náuticas, observa-se o impacto negativo provocado pelo derramamento de combustível na água, além de depósitos na área de banho de cacos de telha, vidros e pedaços de madeira que se quebram no desembarque. Estes objetos trazem riscos aos residentes e turistas, como: cortes e ferimentos nos banhistas, quebra de corais, poluição de areia em suspensão, resíduos das fumaças do óleo queimado lançado na atmosfera, e ainda a poluição pelo ruído intenso provocado pelos motores dos barcos.

Por sua vez, na Terceira praia, também foram observados diversos impactos negativos que são ocasionados pelo derramamento de óleo na água e quebra dos corais, por barcos e turistas, por ser local para embarque e desembarque de

²⁷ Delivaldo Nascimento, vide 7.3 entrevistas.

²⁸ “Tá vendo esta poça Zeca? Olha quanta vida mora aqui, tem pedra, tem limo, tem coral, tem algas, tem chumbinho, tem búzio, conchas, camarão, tinteiro, água viva, caravela, siri, estrela-do-mar, tem um monte de peixes de todas as formas e cores além de uma finidade de vidas que a gente nem conhece ...” (Grupo..., Ano?)

passeios organizados pelos empresários locais para outras praias próximas. Esse tipo de atividade, já foi objeto de estudo de outros autores:

É certo que, tal como acontece em áreas terrestres também na água a mudança de usos de determinada zona costeira pode registrar alterações. Por exemplo, o uso de determinados equipamentos, tais como embarcações movidas a combustível (lanchas, *jet-skies*, etc) podem causar o afastamento de espécies marinhas, através do intenso barulho e movimento das águas, afastando pequenos cardumes, mudando a cadeia alimentar, além do fato de existir a possibilidade de vazamento de óleo e gasolina na água. (MIDAGLIA, 2001: p. 38)

Os impactos negativos gerados pela poluição da água no ambiente marinho e de estuário em Morro de São Paulo, podem estar promovendo a destruição dos organismos vivos desta localidade. Estas alterações na biodiversidade indicam a necessidade urgente do desenvolvimento de pesquisas científicas, por parte de universidades das áreas das ciências biológicas sobre os impactos decorrentes da freqüente poluição destas águas, bem como a implementação de políticas públicas com vistas à mitigação desses efeitos.

Devido a significativa necessidade do desembarque de produtos nesta localidade, estabelecido pelos residentes da Vila, poderia ser planejada a implementação de um porto para suprir as necessidades desta comunidade. Mas, cabe lembrar a fragilidade deste ambiente natural.

Em Odum, 1986, verifica-se que:

Quando se consideram projetos de modificação e construção em estuários, duas precauções devem ser consideradas. Primeiro, evitar perturbar o padrão normal de circulação de água. Por exemplo, as estradas deveriam ser construídas sobre estacas e pontes e não em aterros que impedem o fluxo da água. Segundo evitar perturbar as zonas de produção de águas rasas, tais como recifes, áreas de vegetação marinha e pântanos (*E os manguezais no nosso litoral – Nota do tradutor*), os quais são áreas de criação para importantes frutos do mar. Com demasiada freqüência, no passado, alterações foram imprevidentes e desnecessariamente danosas. (ODUM, 1986: p. 380)

Os impactos negativos precisam ser controlados urgentemente, para que sejam sanados os prejuízos ambientais e sociais gerados, principalmente, pelo mau uso das embarcações e empresas turísticas. Assim, reforça-se a necessidade de planejar o uso desta área com projetos para a criação de infra-estrutura para

residentes e turistas, bem como projetos para monitoramentos dos impactos ambientais no ambiente marinho e de estuário.

5.2 Água e Esgotos

Nas épocas de alta temporada, estima-se que o número de turistas que afluem para a Vila do Morro de São Paulo seja em média de 5.000 pessoas ao dia, alcançando cerca de 8.000 no período do Carnaval²⁹, o que provoca períodos de falta de água. Este fato obriga os empresários locais a trazerem galões de água mineral de localidades como Salvador e Valença para abastecerem hotéis, pousadas, bares, restaurantes e o comércio em geral. Aos residentes cabe aguardar, para ver se a situação melhora.

Antes da implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário, em 2001, as edificações utilizavam o sistema fossa-sumidouro. A utilização desse sistema acarretou a contaminação do lençol subterrâneo e das nascentes e mananciais de água, em especial a Fonte da Biquinha, localizada na Rua da Biquinha, que junto com a Fonte Grande eram as principais fontes de abastecimento de água para os residentes.

O córrego que abastece a Fonte Grande, vindo da Lagoa dos Patos e que desemboca na Primeira praia por vezes sofre contaminação pelo transbordamento da estação elevatória do Sistema de Tratamento de Esgoto localizada no seu entorno, principalmente em épocas de alta temporada quando aumenta a vazão. Esta contaminação acaba trazendo um aspecto escuro e mau-cheiroso a água que chega a Primeira praia.

Faria ao estudar o turismo em regiões litorâneas, citou algumas causas dos impactos:

Ao interagir com o ambiente, a população tanto residente (moradores fixos) quanto flutuante (turistas) causa impactos no meio. No meio urbano, os impactos são o aumento no volume de lixo e na pressão sobre a infra-estrutura, especialmente quanto ao saneamento básico.

²⁹ Aline Reis, vide 7.3 entrevistas.

A paisagem, composta por praias e dunas, é explorada pelo turismo e ameaçada pelo fluxo crescente de usuários (FARIA, 2001: p. 41)



Figura 12 – Lagoa dos Patos. Contaminação por deposição de lixo e esgoto

Esta prática provoca impactos negativos ambientais pela frequência com que é realizada, além do desconforto proporcionado aos turistas que utilizam esta área para banho, recreação e lazer.

5.3 Lixo

A quantidade de lixo e restos de comida abandonados nas vias e praias pelos turistas, causa poluição visual e proliferação de insetos e roedores. Apesar de acontecer a varredura diária, a coleta não é feita sempre na mesma hora uma vez que há dependência da altura da maré para a passagem do trator que faz o recolhimento.

Em consequência desse fato, o lixo fica na beira da praia, à mercê de cachorros e urubus. Por outro lado, o trator que faz o recolhimento do lixo, à beira-mar, também traz prejuízo, uma vez que por ser uma máquina pesada, provoca

compactação e marcas na areia, além de causar poluição do ar e sonora e, também, por em risco a segurança dos banhistas.



Figura 13 – Tráfego de trator a beira-mar

Midaglia contribui com o assunto ao citar as consequências do recolhimento indevido do lixo:

O acúmulo de lixo é um dos fatores que funciona como uma espécie de catalisador, capaz de transformar rapidamente uma praia agradável com excelentes qualidades ambientais (Ar água e solo), em um enorme lixão, reduzindo drasticamente a sua atratividade e causando até mesmo repugnância entre os banhistas. Quando se trata de lixo não orgânico, a situação se torna ainda pior, pois plásticos e alguns metais levam anos para se degradar e seus efeitos no ambiente são cumulativos. Outro aspecto é o odor resultante da decomposição de alguns materiais, o que torna o local bastante desagradável. (MIDAGLIA, 2001: p. 39)

Em função da redução da qualidade das praias em Morro de São Paulo por consequência da deposição de lixo nas áreas coletivas e a ausência de um programa de coleta adequado destes resíduos, entende-se a necessidade de ações que reformulem o mecanismo de retirada dos lixos nesta localidade. Torna-se imprescindível que essas ações contemplem um programa de capacitação profissional para adequar a forma de coleta do lixo e salvaguardar a saúde dos coletores. Nessas ações deve ser levado em conta, ainda, a implementação de programa para a coleta seletiva de lixo.

Nos períodos de maior fluxo turístico em Morro de São Paulo, faz-se necessária a implementação de campanhas periódicas de educação ambiental tanto para residentes quanto para turistas, a fim de minimizar a deposição dos resíduos em locais inadequados, como as praias e as ruas da Vila, buscando alcançar melhor qualidade de vida para todos e preservação ambiental.

5.4 Edificações e Recursos Naturais e Históricos

A ocupação desordenada próxima à Vila trouxe significativo desmatamento de áreas de Mata Atlântica nas encostas dos morros, provocando perda de diversas nascentes no trecho entre Morro de São Paulo e Gamboa. Tal prática pode ser comprovada pelo relato do Sr Luiz³⁰, habitante local, que em depoimento, citou a retirada de árvores importantes com a Imbuia, a Jataipeba, o Pau d'arco, para serem usadas nas construções civis e para fazer lenha.

³⁰ “Luiz Moreira, vide 7.3 entrevistas.



Figura 14 – Madeira retirada irregularmente

A ocupação desordenada próxima à Lagoa dos Patos trouxe várias consequências como o desmatamento para construção de residências, a transformação da área de vegetação nativa em pasto e o lançamento inadequado de esgotos. Esses fatos, acarretaram a contaminação da água e o assoreamento da Lagoa dos Patos.

A ocupação desordenada das áreas ao longo da Segunda e da Terceira praia por hotéis e pousadas acarretou o trânsito de tratores à beira-mar para o abastecimento desses empreendimentos. Face à necessidade da retirada desses veículos da faixa de praia, houve a construção da via de serviço, o que provocou o aterramento de várias áreas alagadas acarretando perda de algumas nascentes.

A Vila sofre mudanças importantes no que se refere ao uso e ocupação do solo. A tipologia habitacional resultante de múltiplas transformações de uso, principalmente do uso residencial para o comercial, é bastante significativa³¹.

As moradias a beira-mar dos antigos residentes eram de madeira e barro, com cobertura de piaçava, localizadas na primeira praia, e foram substituídas por empreendedores turísticos que edificaram hotéis, pousadas, bares e restaurantes.

³¹ Delivaldo Nascimento, vide 7.3 entrevistas



Figura 15 – Primeira Praia - ano 1985



Figura 16 – Primeira Praia – ano 2003

Conforme o Plano de Manejo, existe um limite mínimo estipulado de sessenta metros, a partir do preamar, para o início das construções. Várias pousadas na Quarta praia estão desrespeitando esse limite e invadindo as áreas próximas a preamar para suas construções, acarretando poluição visual. Este processo também é verificado nas demais praias.

Com a ocupação desordenada da rua principal do povoado, está acontecendo uma acentuada invasão do espaço público, devido à ampliação das pousadas e comércio para frente, estreitando esta via, que já tem o seu espaço bem reduzido. Este fato pode ser comprovado pela observação das fotos abaixo, que retratam a rua principal da Vila antes e depois da intensificação da atividade turística.



Figura 17 – Rua Principal da Vila – ano 1985

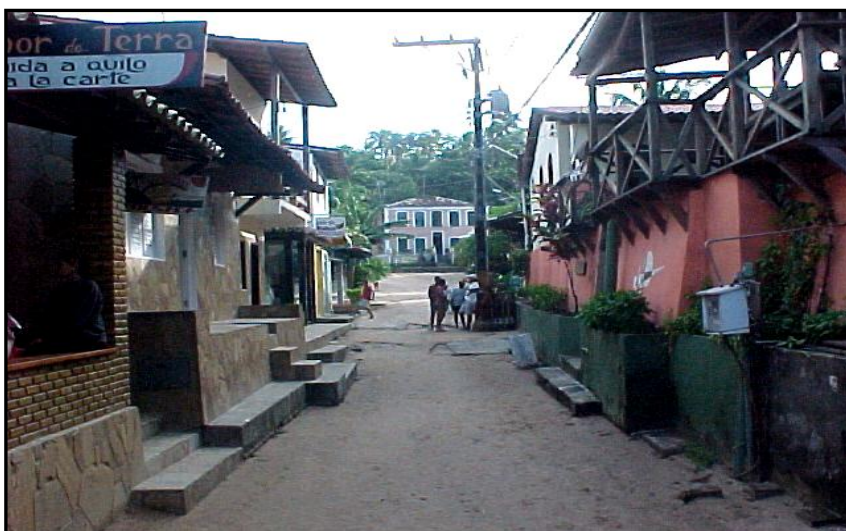


Figura 18 – Rua Principal da Vila – ano 2003

Devido à especulação imobiliária houve uma grande migração de antigos residentes da Vila para áreas mais ao interior, como o Morro da Mangaba, e o surgimento de uma ocupação tipo favela, a Vila Nossa Senhora da Luz. O próprio Turismo em Morro de São Paulo – Análise dos Impactos

Morro da Mangaba hoje, também, sofre o adensamento de algumas áreas. Conforme depoimentos de moradores locais, o processo de parcelamento do solo nessas áreas é intenso.

Com relação ao patrimônio arquitetônico, constatou-se que as edificações que compunham o conjunto defensivo do Forte do Morro de São Paulo, sofreram intensa depredação à medida que as áreas de suas ruínas foram ocupadas por casas de veraneio e pousadas.

O Forte do Morro de São Paulo, que faz parte desse conjunto defensivo, sofre intensa depredação em virtude do grande fluxo de pessoas, que procuram levar lembranças, ocasionando a retirada de qualquer objeto que possa ser removido. Em visita à uma das pousadas da localidade, tive a oportunidade de ter contato com duas balas de canhão, que pertenciam ao acervo do Forte, que haviam sido retiradas para serem expostas como peça de decoração.



Figura 19 – Ruínas do Forte do Morro de São Paulo – ano 2003

5.5 Recursos Socioculturais e Econômicos

De acordo com Ruschmann (1997), “É impossível desconsiderar a cultura³² como uma das mais importantes motivações das viagens turísticas. Entretanto, o desejo de conhecer os modos de vida de outros povos nem sempre vem acompanhado do devido respeito, da devida consciência do valor e do legítimo interesse por parte dos visitantes”. (Ruschmann, 1997:50)

Incorporando este pensamento à realidade de Morro de São Paulo, verificou-se que os traços culturais da localidade foram sendo esquecidos, visto que antes do início da atividade turística na Vila do Morro de São Paulo existiam muitas festividades, como a Festa de São Benedito, Festa da Padroeira N^a Sra. da Luz, Festa da Decoração dos Barcos, Festa da Chegança, Zambiapunga e a Capoeira.

Entretanto, atualmente, só acontecem a Festa da Padroeira e a Festa do Reveillon. Indagados sobre o motivo da perda de suas manifestações populares, residentes alegaram a falta de interesse dos mais jovens pela cultura local e o envolvimento dos mesmos com as atividades que dizem respeito ao turismo.

Como as tradições locais são repassadas às outras gerações através da oralidade, portanto, sem nenhum registro documental, as músicas, danças, enfim as peculiaridades da cultura legada pelos agentes formadores da população local: o português, o índio e o negro estão se perdendo, acarretando a descaracterização cultural.

Habitantes locais alegaram que a atividade turística na Vila do Morro de São Paulo ocasionou a perda do convívio social, pois, em virtude do modo de vida que tinham, as conversas informais faziam parte do convívio entre os residentes. Existia o costume diário da reunião de grupos de homens e de grupos de mulheres para tomarem banho na Fonte Grande, em horários distintos, para uma maior integração

³² Singer conceitua cultura de um povo como: “Os padrões explícitos ou implícitos do comportamento, adquiridos ou transmitidos por símbolos, que constituem o patrimônio de grupos humanos, inclusive sua materialização em artefatos. O aspecto mais importante de uma cultura reside nas idéias tradicionais de origem e seleção histórica e, principalmente, no seu significado...”(Singer, apud Ruschmann, 1997:50)

entre os mesmos. “Antes todo mundo se conhecia, agora não sei quem é quem” depõe uma residente³³.

Ocorreu uma intensa migração de habitantes de cidades próximas para Morro atraídos para o mercado de trabalho no turismo, uma vez que consideram o ganho de dinheiro fácil, principalmente nos períodos de alta temporada. Esse elevado contingente de pessoas veio estimular o adensamento de determinadas áreas do assentamento urbano e o surgimento das novas áreas como a Vila Nossa Senhora da Luz

Inúmeras foram às reclamações ouvidas, com relação ao aumento do custo de vida e queixas sobre a recusa de empresários locais de empregarem os residentes naturais do povoado, devido à atual desqualificação profissional dos mesmos. Cabe, então, à essa população os empregos de menor remuneração como camareira, cozinheira, faxineiros, empregadas domésticas, pedreiros e outros afins.

O problema verificado em Morro de São Paulo com relação à mão-de-obra local já foi tema de estudo para Ruschmann que afirma:

...Os empregos menos qualificados e menos bem remunerados são ocupados pelos moradores das localidades que pela falta de formação específica, tem pouquíssimas chances de se destacar nas empresas nas quais atuam. (RUSCHMANN, 1997: p. 49)

Devido à grande oferta de mão-de-obra, o nível dos salários é muito baixo e em razão da sazonalidade, não há a prática da carteira assinada, prevalecendo a informalidade.

Conforme relato dos residentes, o uso de droga é freqüente na segunda praia, tendo, inclusive, por várias vezes, a Polícia Federal ido fazer “batidas” e efetuar prisões de residentes imigrantes que se instalaram na ilha.

³³ Mônica, vide 7.3 entrevistas

Parte dos pescadores do povoado migrou para os centros urbanos. O valor que conseguiram com a venda das casas e terrenos durou pouco tempo, alguns voltaram para morar nas favelas e, atualmente, trabalham em barcos alugados e seus filhos estão trabalhando em atividades dentro do setor turístico.

Conclui-se que, apesar de já ter uma imagem de atrativo natural ímpar, Morro de São Paulo necessita desenvolver um processo de planejamento turístico, para definir intervenções que possam melhorar o seu aproveitamento e preservar o seu meio ambiente, para se reverter o quadro de desrespeito e degradação ambiental ali encontrado tornando-o um expressivo destino ecológico, histórico e cultural.

6 Conclusão

Os aspectos físicos forneceram as bases para a formação sócio espacial em Morro de São Paulo. A localização estratégica foi fundamental para a ocupação da vila e seu papel foi extremamente significativo no período colonial, no que concerne à subsistência e defesa da, então, capital.

Do período antigo, não foi somente a natureza exuberante e resguardada que lhe atribuiu a fama atual, mas principalmente o processo histórico e os marcos arquitetônicos ali erigidos por seus fundadores e colonizadores.

O presente estudo demonstrou que contemporaneamente as transformações ocorridas em Morro de São Paulo decorreram do crescente fluxo de turistas para a localidade e da transição das atividades econômicas tradicionais (pesca e agricultura extrativista) para o turismo.

A partir das décadas de 80 e 90, as praias, natureza exuberante, a paisagem e a temperatura amena das águas contribuíram para uma intensa ocupação da localidade. Desde então, a atuação dos agentes imobiliários e os empresários da atividade turística provocou alterações no espaço, devido ao surgimento dos novos grupos sociais interessados em implementar atividades de lazer, impulsionou a especulação imobiliária e o espaço tomou novas características à medida que a própria sociedade se modificava diante das exigências da nova realidade.

Com relação aos serviços turísticos, percebe-se que apesar de não dispor de uma organização turística eficiente por parte das autoridades locais, a organização do setor privado é eficiente, demonstrado por infra-estrutura de hospedagem de boa qualidade e bom serviço de restaurante.

A quase totalidade dos moradores vivem direta ou indiretamente, da atividade turística. Porém, a preocupação com as questões políticas ainda não foi objeto de uma política direcionada ao setor, verificando-se, apenas, a ocorrência de ações vindas da iniciativa privada. Com isto, o empresariado local investe isoladamente no seu negócio e o patrimônio histórico e o ambiente natural ressentem-se com a má utilização do seu meio cultural e natural com a prática do turismo.

Em função disso, a infra-estrutura básica, apesar de atender à comunidade, não se apresenta bem dimensionada para atender ao aumento do fluxo turístico, tendo em vista que, em períodos de alta temporada, é normal a falta de água. Apesar de contar com rede de esgotos, varredura diária e coleta de lixo, a deposição dos resíduos não se apresenta satisfatória. A quantidade de lixo, devido à inadequação da coleta, conferem às praias um aspecto pouco recomendável para uma localidade turística. Acredita-se que o prolongamento desta situação acabará por colocar em risco a própria manutenção da atividade turística.

A princípio, a atividade turística poderia trazer perspectivas para o futuro, porém, a falta de planejamento e de definições de medidas que promovam a preservação e beneficiem toda a comunidade, imprimiram um caráter caótico à ocupação e vem provocando a degradação dos recursos.

Após os levantamentos preliminares dos dados sobre a localidade em estudo, percebe-se que o turismo, como principal atividade econômica, vêm se desenvolvendo rapidamente, de forma desordenada e dissociada da preocupação ambiental e social. As edificações ocupam ambientes frágeis e provocam poluição ambiental generalizada.

O quadro atual apresenta um cenário com regiões desmatadas, praias poluídas e construções em espaços indevidos, prejudicando sobremaneira a qualidade de vida dos residentes e comprometendo os atrativos oferecidos aos turistas. O desmatamento e a ocupação das áreas dos morros provocam a aceleração dos processos de erosão que comprometem a qualidade ambiental. Já é possível apresentar como principais impactos em ambientes naturais, em Morro de São Paulo, a poluição da praia, intrusão visual causando a perda da beleza cênica, o comprometimento da pesca artesanal, a perda de diversas nascentes e a poluição de rios e lagoas.

Pode-se, também, perceber que a Vila está inteiramente urbanizada e possui um certo ar cosmopolita. Fazendo parte dessa paisagem, está o expressivo conjunto arquitetônico do período colonial, já bastante depredado, que apesar de seu grande valor cultural, pouco poder de atração exerce entre os freqüentadores da localidade.

No que diz respeito às manifestações populares, atualmente, destacam-se apenas as comemorações do reveillon e a Festa da Padroeira N. Sra. da Luz. Seria

importante que houvesse um resgate cultural e valorização das manifestações populares e das tradições religiosas presentes no cotidiano da comunidade, antes da chegada do turismo, preservando-se, dessa maneira a identidade local.

Portanto, o quadro descrito demonstra a necessidade de se estruturar as bases para o desenvolvimento da atividade turística através de um planejamento cuidadoso e sua implantação gradual acompanhada de monitoração técnica capaz de reverter ou minimizar a situação atual. Para tanto, deve haver comprometimento público e participação de toda a comunidade para que se possa oferecer um turismo de qualidade, que constitua uma fonte de renda para o município e contribua para a melhoria das condições de vida de todos os residentes.

7 Referências

7.1 Bibliográficas

ABREU, Capistrano, *Capítulos de história colonial, 1500-1800*, 7ª edição ver. anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. São Paulo: Publifolha, 2000.

ARAÚJO, José Góes de. *Naufrágios e afundamentos – costa do Brasil, 1503 a 1995*. Salvador: Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, 2000.

ARQUIVO, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - ASPHAN. Pastas das Obras. 1946

BAHIA, Secretaria de Cultura e Turismo. Superintendência de Desenvolvimento do Turismo. *Roteiro Ecoturístico da Bahia – Costa do Dendê*. 2001. 176 p.:il. Mapas (Coleção Selo Turismo, 2)

BARBOSA, Ycarim Melgaço, *História das Viagens e do Turismo*. São Paulo. Aleph, 2002.

BUENO, Eduardo. *Capitães do Brasil; A saga dos primeiros colonizadores*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

_____. *Náufragos, traficantes e degredados – As primeiras expedições ao Brasil*. Objetiva: Rio de Janeiro, 1998.

CERRO, Tese – página 172 da, não há mais referências bibliográficas. In: *TURISMO: Visão e Ação, Glossário*. Ano 2. Nº 4. Itajaí: Univale, 2000.

COMPANHIA de Desenvolvimento da RMS – CONDER, *Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental – APA das Ilhas de Tinharé/Boipeba*. Salvador, 1998.

CONSELHO Estadual de Meio Ambiente – CEPRAM. *Resolução nº 1692/98* de 19 de junho de 1998.

DIAS, Reinaldo. *Turismo Sustentável e Meio Ambiente*. São Paulo: Atlas, 2003.

DIEGUES, Antonio Carlos. *Espaço e Recursos Naturais de Uso Comum*. São Paulo; USP, 2001. 294 p.

GOVERNO do Estado da Bahia. Decreto N° 1.240 , de 05 de junho de 1992

FARIA, Dóris Santos de. *Sustentabilidade ecológica no turismo*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. 96p. (Coleção gastronomia, hotelaria e turismo.)

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1988. 687 p.

GRUPO, de proteção Baía de Todos os Santos. *Perigos e prejuízos da “pesca com .. BOMBA”*. Orientação Técnica Prof. Antônio Brito e Prof. Everaldo Lima de Queiroz. Salvador, Ano?

INSTITUTO Brasileiro de Turismo – EMBRATUR. *Guia Para Oficinas de Treinamento dos Agentes Multiplicadores e dos Monitores*, Programa Nacional de Municipalização do Turismo. Brasília, 2001.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. 343p.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Ação Civil Pública: Em Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultura e dos Consumidores: Lei 7.347/85*. São Paulo. Revista dos Tribunais, 1989, 210 p.

MIDAGLIA, C. L. V. Turismo e meio ambiente no litoral paulista. In: LEMOS, M. I. G. *Turismo; impactos socioambientais*. São Paulo: Hucitec, 2001.

ODUM, Eugene P. *Ecologia*. [Tradução: Ricardo I. Rios]. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986. 434 p.

_____, *Ecologia (Basic ecology)*. Trad. Christopher J. Tribe. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988, 434p.

POLETTE, Marcus. *Gerenciamento Costeiro Integrado: Proposta metodológica para a paisagem litorânea da microbacia de mariscal, município de Bombinhas (SC)*. São Carlos, 1997. 210 p. IN: PINTO, Antonio Carlos Brasil. *Turismo e Meio Ambiente: Aspectos Jurídicos*. Campinas. Papirus, 1998. 192 p.

ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995. (Didática; 3). 545 p.

RUFINO, Gilberto D'Ávila. Terrenos de Marinha – Interesse do Município. *Boletim de Direito Municipal*. São Paulo, out. 1988, p. 562-565.

RUSCHMANN, Doris Van de M. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas, SP: Papirus, 1997. (Coleção Turismo). 199p.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de Transição para o Século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo. Fundap, 1993.

SERVIÇO de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE. *Inventário da Oferta Turística de Morro de São Paulo*. Valença/ BA, 2003.

SILVA, Y. F. Pobreza, violência e crime – conflitos e impactos sociais do turismo sem responsabilidade social. In LEMOS, M. I. G. *Turismo: impactos sócioambientais*. Hucitec. São Paulo, 2001.

SILVA, José Afonso da. *Direito Urbanístico Brasileiro*. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981 , 617 p.

SISTEMA Nacional De Unidade de Conservação – SNUC, Governo Federal, Brasília, 2000.

SOUZA, Carmélia A. A. *Ecoturismo na Bahia: estudo analítico*. Salvador: SEBRAE, 1995. 47p.

SKIDMORE, Thomas. *Uma História do Brasil*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1998. 356 p.

SWARBROOKE, J. *Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental*. Tradução: Margarete Dias Pulido. São Paulo: Aleph, 2000. V.1.

UNIVERSIDADE do Vale do Itajaí – UNIVALE. *Revista Turismo: visão e ação – Glossário*. Ano 2. Nº 4. Univale: Itajaí, 2000.

_____. *Revista Turismo: visão e ação*. Ano 2. Nº 4. Editora da UNIVALE. Itajaí, 2000.

TRAVIS, Anthony S. *Tourism, Marketing and Management Handbook*. 2 ed. UK: Prentice Hall International, 1986.

YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da, Organizadores *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 2 ed. São Paulo. Hucitec, 1999. 242 p.

7.2 Eletrônicas

AGUIAR, D. V. *Descrições Práticas* (1979). In: SECRETARIA de Cultura do Estado da Bahia – IPAC/BA. Salvador, 2003. Apresenta informações sobre o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia. Volume V. Monumentos e Sítio do Litoral Sul. Disponível em: <[www2. Bahia.ba.gov.br](http://www2.Bahia.ba.gov.br)>. Acesso em 23 out 2003

AMORIM, Aníbal. *Fortificações – planta cedida pelo SPHAN e atualizada pelo PPH/SIC*. (1919). In: SECRETARIA de Cultura do Estado da Bahia – IPAC/BA. Salvador, 2003. Apresenta informações sobre o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia. Volume V. Monumentos e Sítio do Litoral Sul. Disponível em: <www2.Bahia.ba.gov.br>. Acesso em 23 out 2003.

APATINHAREBOIPEBA. Apresenta informações sobre a Área de Proteção Ambiental – APA Tinharé/ Boipeba. Bahia, 2003. Disponível em: <www.apatinhareboipeba.com.br>. Acesso em 03 set 2003.

AMABO. Apresenta Informações sobre a Ilha de Boipeba. Bahia, 2003. Disponível em <www.amabo.com.br>. Acesso em 22 out 2003

CALDAS, J. A *Notícia Geral* (1951). In: SECRETARIA de Cultura do Estado da Bahia – IPAC/BA. Salvador, 2003. Apresenta informações sobre o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia. Volume V. Monumentos e Sítio do Litoral Sul. Disponível em: <www2. Bahia.ba.gov.br>. Acesso em 23 out 2003.

CAMPOS, S. *Fortificações da Bahia* (1940). In: SECRETARIA de Cultura do Estado da Bahia – IPAC/BA. Salvador, 2003. Apresenta informações sobre o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia. Volume V. Monumentos e Sítio do Litoral Sul. Disponível em: <www2. Bahia.ba.gov.br>. Acesso em 23 out 2003.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Apresenta informações sobre os bens tombados em todo o território nacional. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em : www.lphan.gov.br. Acesso em 15 out 2003.

JABOATÃO, F. S. M. *Novo Orbe Serápio*(1858). In: SECRETARIA de Cultura do Estado da Bahia – IPAC/BA. Salvador, 2003. Apresenta informações sobre o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia. Volume V. Monumentos e Sítio do Litoral Sul. Disponível em: <[www2. Bahia.ba.gov.br](http://www2.Bahia.ba.gov.br)>. Acesso em 23 out 2003

MORROAOVIVO. Apresenta informações sobre Morro de São Paulo. Morro de São Paulo, 2003. Disponível em www.morroaovivo.com.br. Acesso em 17 mai 2003

OLIVEIRA, W. F. *A Industrial Cidade* (1985). In: SECRETARIA de Cultura do Estado da Bahia – IPAC/BA. Salvador, 2003. Apresenta informações sobre o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia. Volume V. Monumentos e Sítio do Litoral Sul. Disponível em: <www2. Bahia.ba.gov.br>. Acesso em 23 out 2003.

PEDRO II, Dom. *Diário de Viagem* (1959). In: SECRETARIA de Cultura do Estado da Bahia – IPAC/BA. Salvador, 2003. Apresenta informações sobre o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia. Volume V. Monumentos e Sítio do Litoral Sul. Disponível em: <www2. Bahia.ba.gov.br>. Acesso em 23 out 2003.

SECRETARIA de Cultura do Estado da Bahia – IPAC/BA. Salvador, 2003. Apresenta informações sobre o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia. Volume V. Monumentos e Sítio do Litoral Sul. Disponível em: <www2. Bahia.ba.gov.br>. Acesso em 23 out 2003.

SISTEMA, Estadual de Informações Ambientais – SEIA. Apresenta Informações sobre Área de Proteção Ambiental – APA Tinharé/Boipeba, fornecendo a localização, a área, as característica gerais, os aspectos bióticos, dados das comunidades e os conflitos ambientais. Disponível em www.SEIA.ba.gov.ba. Acesso em 12 de set 2002.

SOUZA, G. S. *Tratado Descritivo* (1983). In: SECRETARIA de Cultura do Estado da Bahia – IPAC/BA. Salvador, 2003. Apresenta informações sobre o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia. Volume V. Monumentos e Sítio do Litoral Sul. Disponível em: <www2. Bahia.ba.gov.br>. Acesso em 23 out 2003.

VILHENA, L. S. *A Bahia no séc. XVIII* (1969). In: SECRETARIA de Cultura do Estado da Bahia – IPAC/BA. Salvador, 2003. Apresenta informações sobre o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia. Volume V. Monumentos e Sítio do Litoral Sul. Disponível em: <www2. Bahia.ba.gov.br>. Acesso em 23 out 2003.

7.3 Entrevistas

Aline Reis, Secretária de Turismo do Município de Cairú. Entrevistas e informações concedidas à autora desse trabalho via E-mail e telefone, no período de julho a novembro de 2003, em Morro de São Paulo.

Antonio Freitas, vendedor de pastéis, residente imigrante da Invasão N. Sra. da Luz, em conversa informal em 08 de janeiro de 2003, em Morro de São Paulo.

Carlos Galassi. Ex-secretário da Secretaria Especial de Administração do Morro de São Paulo. Entrevistas e informações concedidas à autora desse trabalho, via E-mail, telefone e outros, no período de 15 de julho a 22 de novembro de 2003, em Salvador.

Delivaldo Nascimento, biólogo, ex-gestor da Área de Proteção Ambiental – APA Tinharé Boipeba. Entrevista concedida à autora desse trabalho em 14 de novembro de 2001, por telefone, em Salvador.

Luiz Moreira, proprietário do Restaurante Água Viva, localizado na Terceira praia. Entrevista informal concedida a autora desse trabalho em 08 de janeiro de 2003, em Morro de São Paulo.

Mônica Figueiredo, residente na vila do Morro de São Paulo, em entrevista concedida à autora desse trabalho em 12 de janeiro de 2003, em Morro de São Paulo.

APÊNDICE

Apêndice Único

Patrimônio Cultural de Morro de São Paulo

Igreja N. Sra. da Luz:

Edifício de relevante interesse arquitetônico. Possui nave, capela mor, sacristia e torre em lados opostos. O corpo central é recoberto por telhado de duas águas, a sacristia, por meia água. A torre tem terminação piramidal, revestida de azulejos, com faces côncavas, à maneira de telhado oriental. A fachada emoldurada por cunha e cornija, é vazada por três portas em arco pleno, no térreo, e três janelas de coro, em guilhotina, com molduras em estilo D. Maria I. A torre possui janela, no nível do coro, guarnecida de veneziana e, ao nível do frontão, sineira em arco pleno. O interior conserva excelente talha neoclássica, com pintura verde e dourada sobre fundo branco. As imagens sacras dos século XVII e XVIII, estão em bom estado, destacando-se as de Nossa Senhora da Luz, São Paulo, Nossa Senhora da Penha e Santo Antônio. Possui alfaías e alguns móveis, como um arcaz com seis gavetas na sacristia. Merecem referência, ainda, púlpito com bacia de cantaria e nicho da sacristia. (SCT/BA, 2003)

Forte do Morro de São Paulo

Em 1630 são iniciadas as obras do Forte Velho, ou da Conceição, por ordem do Governador Diogo Luís de Oliveira. No século XVIII, inicia-se a construção do novo Forte da Ponta e cortina ao longo do Canal de Tinharé. Esta Fortaleza sofre, ainda, alterações até meados do século XIX. Sua principal função era defender o canal por onde escoava a produção de importantes centros de abastecimentos e evitar que embarcações inimigas penetrassem na chamada “baía falsa” da Baía de Todos os Santos. Projeto atribuído ao Engenheiro Miguel Pereira da Costa,

constituído de planta quadrada, com parte das muralhas voltadas para o mar, possui duas pontas que abrigam guaritas redondas. Este sistema de defesa apresenta, ainda cortina poligonal, disposta ao longo do canal, tendo na extremidade sudoeste a entrada ao recinto fortificado. A uma distância de aproximadamente 157 metros, tendo ao meio uma guarita, encontra-se o Forte Velho ou da Conceição. Completando o conjunto, podemos observar a bateria de Santo Antonio, o Forte de São Paulo, o Forte do Zimbeiro, no alto do morro e, à meia encosta, o Forte de São Luiz. No cume, onde hoje existe o Farol, ficava a primitiva capela, a Casa do Capelão, o paiol e um trecho da muralha. Das ruínas vê-se a portada em pedra, com ornatos de cantaria e frontão curvo, parte da construção que teria servido de quartel e uma ala com arcada sobre colunas de composição original. (IPHAN, 2003)

Fonte Grande

Em 1746, por determinação do Vice-rei André de Melo e Castro, é construída uma fonte de três bicas para serventia do presídio. O sistema compreende riacho de alimentação, cisterna circular recoberta com cúpula de tijolo em meia laranja, galeria abobada de adução, fonte, constituída por um chafariz e bacia de captação de águas servidas, e sistema de drenagem. A fonte, situada em nível inferior à rua, tem planta retangular e frontispício coroadado por frontão barroco, em arenito. Uma escadaria com piso em mármore cinza e branco desce até a fonte, onde a água jorra por uma calha de ferro. (IPHAN, 2003)